



# Diário **OFICIAL** Assembleia

## Poder Legislativo Estadual

Edição nº 819 | 18ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa | Publicação nº 20 | 12 páginas  
Curitiba, Segunda-feira, 09 de Março de 2015

### Mesa Executiva

<b>DEPUTADO JONAS GUIMARÃES</b> 1º Vice-Presidente	<b>DEPUTADO ADEMAR LUIZ TRAIANO</b> Presidente	<b>DEPUTADO ADELINO RIBEIRO</b> 3º Secretário
<b>DEPUTADO ANDRE BUENO</b> 2º Vice-Presidente	<b>DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES</b> 1º Secretário	<b>DEPUTADO JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO</b> 4º Secretário
<b>DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO</b> 3º Vice-Presidente	<b>DEPUTADO ADEMIR BIER</b> 2º Secretário	<b>DEPUTADO NEY LEPREVOST</b> 5º Secretário

### Lideranças

Líder da Oposição .....	Deputado Tadeu Veneri
PMDB .....	Deputado Nereu Moura
PSD .....	Deputado Chico Brasileiro
DEM .....	Deputado Elio Lino Rusch
PT .....	Deputado Professor Lemos
PDT .....	Deputado Nelson Luersen
PSDB .....	Deputado Francisco Buhner
PSC .....	Deputado Leonaldo Paranhos
Bloco - PRB,PPL,PSL,PV .....	Deputado Edson Praczyk
Bloco - SD,PP,PMN .....	Deputado Felipe Francischini
Bloco - PPS,PTB,PSB .....	Deputado Tião Medeiros

### Representação Partidária

**PSC** - Alexandre Guimarães, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Gilson de Souza, Guto Silva, Hussein Bakri, Marcio Nunes, Claudio Palozi, Paranhos, Evandro Araújo, Ricardo Arruda, Wilmar Reichembach. **PMDB** - Ademir Bier, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior. Jonas Guimarães, Luiz Cláudio Romanelli, Nereu Moura, Requião Filho. **PSDB** - Ademar Traiano, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Francisco Buhner, Mauro Moraes, Paulo Litro. **DEM** - Elio Lino Rusch, Nelson Justus, Pedro Lupion, Plauto Miró Guimarães. **PDT** - André Bueno, Fernando Scanavaca, Márcio Pauliki, **PT** - Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri. **PSD** - Chico Brasileiro, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost. **PSB** - Gilberto Ribeiro, Tiago Amaral. **PPS** - Cristina Silvestri, Tercílio Turini. **PP** - Maria Victória, Schiavinato. **PV** - Rasca Rodrigues. **PRB** - Pastor Edson Praczyk. **PSL** - Adelino Ribeiro. **PMN** - Dr. Batista. **PTB** - Tião Medeiros. **SD** - Felipe Francischini. **PPL** - Márcio Pacheco.

### Deputados Licenciados

**PSC** - Ratinho Júnior, **PPS** - Douglas Fabrício

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)



# PODER LEGISLATIVO ESTADUAL

## Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Diretor - Geral .....	Roberto Costa Curta
Procurador - Geral .....	Ramon de Medeiros Nogueira
Secretário - Geral da Presidência .....	Harry Françaia Junior
Diretor Legislativo .....	Dylliardi Alessi
Diretor Administrativo .....	Harry Françaia Junior
Diretor de Pessoal .....	Bruno Perozin Garofani
Diretor de Apoio Técnico .....	Cléber Cavalli
Diretor de Assistência ao Plenário .....	Juarez Lorena Villela Filho
Diretor Financeiro .....	João Ney Marçal Junior

**Praça Nossa Senhora de Salete, s/n - Curitiba - PR - CEP 80.530-911**

**Telefone 41 3350.4000**

## Sumário

Sessões Plenárias .....	03
Processo Legislativo .....	11
Editais e Contratos .....	11

## Sessões Plenárias

### Sessão Ordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio XIX de Dezembro

Diretoria Legislativa

Sessão Ordinária do dia 4 de março de 2015 - Ata nº 13

Aos quatro dias do mês de março de dois mil e quinze, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a **presença** dos seguintes Parlamentares: Adeline Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alexandre Curi (PMDB), Alexandre Guimarães (PSC), Andre Bueno (PDT), Anibelli Neto (PMDB), Artagão Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Chico Brasileiro (PSD), Claudia Pereira (PSC), Claudio Palozzi (PSC), Cobra Repórter (PSC), Cristina Silvestri (PPS), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Felipe Francischini (SD), Fernando Scanavaca (PDT), Francisco Bühner (PSDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Guto Silva (PSC), Hussein Bakri (PSC), Jonas Guimarães (PMDB), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Marcio Nunes (PSC), Márcio Pacheco (PPL), Marcio Pauliki (PDT), Mauro Moraes (PSDB), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Paranhos (PSC), Pastor Edson Praczyk (PRB), Paulo Litro (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Péricles de Mello (PT), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Requião Filho (PMDB), Schiavinato (PP), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PPS), Tiago Amaral (PSB), Tião Medeiros (PTB) e Wilmar Reichembach (PSC) (49 Parlamentares). O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, secretariado pelos Srs. Deputados Plauto Miró (1º Secretário) e Ademir Bier (2º Secretário), "sob a proteção de DEUS", iniciou os trabalhos da 13ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Sob a proteção de Deus, damos início à Sessão Ordinária do dia de hoje. Quero dar as boas-vindas aos professores que estão nas galerias desta Casa. (Aplausos) Dizer que em nosso nome, da Mesa Executiva e de todos os Deputados, serão sempre muito bem recebidos aqui neste Parlamento.

Convivo o Sr. 2º Secretário para proceder à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

**SR. 2º SECRETÁRIO (Deputado Ademir Bier - PMDB):** (Procedeu à leitura da Ata da Sessão anterior, nº 12, de 3.3.2015.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Em discussão a Ata. **Aprovada.** (A Ata ficou à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.) Consulto o Sr. 1º Secretário se há Expediente a ser lido.

**SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Plauto Miró - DEM):** Sim, Sr. Presidente. (Lê Expediente)

**EXPEDIENTE:** (Documento original sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

**Ofício: (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) Protocolo nº 818/2015, Ofício nº 246/2015, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação ao Ofício nº 5.180/2014, do Deputado Professor Lemos.**

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Finda a leitura do Expediente. Conforme acordo de Líderes, feito no dia de ontem, vamos dispensar hoje o Pequeno e o Grande Expedientes e o horário das Lideranças, porque teremos a prestação de contas do quadrimestre, apresentada pelo Secretário da Fazenda, e por essa razão não teremos oradores inscritos no dia de hoje. Portanto, vamos diretamente à Ordem do Dia, porque houve entendimento para inversão da pauta, e após a aprovação dos projetos, dos requerimentos, vamos então fazer a abertura da Audiência que será promovida pelo Secretário da Fazenda. Consulto os Srs. Deputados se alguém ainda não registrou a presença, porque será considerada a presença como registro neste início de Sessão. Passamos à **Ordem do Dia**.

#### ORDEM DO DIA:

**Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Pronunciamentos sem revisão dos oradores. Presidente sem voto. Votações registradas por meio do painel eletrônico e constantes dos relatórios transcritos em cada item, exceto quando efetuada a votação simbólica. Para cômputo do quórum para as votações e em observância aos arts. 59 e 60 da Resolução nº 1 de 1º.3.2005, Regimento Interno, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adeline Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alexandre Curi (PMDB), Alexandre Guimarães (PSC), Andre Bueno (PDT), Anibelli Neto (PMDB), Artagão Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Chico Brasileiro (PSD), Claudia Pereira (PSC), Claudio Palozzi (PSC), Cobra Repórter (PSC), Cristina Silvestri (PPS), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Felipe Francischini (SD), Fernando Scanavaca (PDT), Francisco Bühner (PSDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Guto Silva (PSC), Hussein Bakri (PSC), Jonas Guimarães (PMDB), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Marcio Nunes (PSC), Márcio Pacheco (PPL), Marcio Pauliki (PDT), Mauro Moraes (PSDB), Missionário Ricardo Arruda (PSC), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Paranhos (PSC), Pastor Edson Praczyk (PRB), Paulo Litro (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Péricles de Mello (PT), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Requião Filho (PMDB), Schiavinato (PP), Tadeu**

**Veneri (PT), Tercílio Turini (PPS), Tiago Amaral (PSB), Tião Medeiros (PTB) e Wilmar Reichembach (PSC) (49 Parlamentares). Ausentes, sem justificativa, os Deputados Dr. Batista (PMN), Evandro Junior (PSDB), Luiz Carlos Martins (PSD) e Maria Victória (PP) (4 Parlamentares). Ausente, justificadamente, a Deputada Cantora Mara Lima (PSDB, conforme Protocolo nº 750/2015, de acordo com o art. 60, § 3º, alínea "a" do Regimento Interno, por motivo de doença mediante apresentação de atestado médico) (1 Parlamentar).]**

#### Projetos que necessitam de apoioamento.

**Projeto de Lei Complementar: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Protocolo nº 820/2015 (autuado sob o nº 15/2015), do Deputado Nereu Moura, que institui a Região Metropolitana de Laranjeiras do Sul e dá outras providências.**

**Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Protocolo nº 819/2015 (autuado sob o nº 162/2015), do Deputado Tercílio Turini, que dispõe sobre a responsabilidade da empresa fornecedora de energia elétrica realizar a extensão da rede para atendimento ao consumidor; Protocolo nº 821/2015 (autuado sob o nº 163/2015), do Deputado Rasca Rodrigues, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais e revoga a Lei nº 14.037, de 20.3.2003.**

#### Passamos aos itens da pauta.

**ITEM 1 - 3ª Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2015, de autoria da Comissão Executiva, que cria no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a Ouvidoria-Geral. Parecer favorável da CCJ. Substitutivo geral da CCJ. Apreciar neste turno substitutivo geral aprovado em 2ª discussão. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis votem com a expressão "sim", os contrários com a expressão "não". Votando.**

**DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV):** "Questão de ordem", Sr. Presidente. Na minha relação consta como terceira discussão, não segunda.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** É terceira discussão. **DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV):** O senhor leu como segunda.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Não. Eu li como terceira; acho que houve um equívoco da sua parte. Vamos encerrar a votação. Alguém ainda a votar? Deputado Tadeu. Estamos em condição de encerrar. Encerrada a votação. Por favor, vamos ao resultado. [Votaram "sim": Adeline Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Chico Brasileiro, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Evandro Araújo, Felipe Francischini, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Márcio Pacheco, Marcio Pauliki, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Requião Filho, Schiavinato, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (39 Deputados). Não votaram: Ademar Traiano, Alexandre Guimarães, Andre Bueno, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Claudio Palozzi, Dr. Batista, Evandro Junior, Luiz Carlos Martins, Maria Victória, Missionário Ricardo Arruda, Ney Leprevost, Plauto Miró, Tião Medeiros e Wilmar Reichembach (15 Deputados)]. Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o substitutivo geral ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2015.

**DEPUTADO CLAUDIO PALOZI (PSC):** Não consegui votar aqui no aparelho. **SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** V. Exa. vota "sim", está registrado o voto. V. Exa. tem que registrar a sua presença novamente para poder votar no próximo.

**DEPUTADO MÁRCIO PACHECO (PPL):** "Pela ordem", Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Pois não, "pela ordem".

**DEPUTADO MÁRCIO PACHECO (PSC):** Também não consegui votar. Voto "sim", só para registrar.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Está registrado. Por favor, registre a presença também.

**ITEM 2 - 1ª Discussão do Projeto de Resolução nº 1/2015, de autoria do Deputado Pedro Lupion, apoiado por 33 Deputados. (Anexo Projeto de Resolução nº 3/2015, do Deputado Professor Lemos, apoiado por 15 Deputados), que revoga o art. 107 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão Executiva. Esta matéria é a que extingue definitivamente a possibilidade de o Plenário ser transformado em Comissão Geral. O projeto tem parecer favorável da CCJ e da Comissão Executiva. Em discussão o projeto. Em votação. Deputados favoráveis votam com a expressão "sim", contrários com a expressão "não". Votando. Temos ainda alguns Parlamentares. Deputado Nelson Luersen está no Plenário. Deputado Palozzi. Bem, tem alguns Deputados com dificuldades, então vamos, Deputado Plauto, vamos encerrar a votação. Deputado Palozzi está com dificuldade? Vamos registrar o seu voto como "sim"; pode ficar tranqüilo. Está bem? Encerrada a votação. Então vamos ao resultado. [Votaram "sim": Adeline Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Curi, Alexandre Guimarães, Anibelli Neto, Artagão Junior, Chico Brasileiro, Claudia Pereira, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Evandro Araújo, Felipe Francischini, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Márcio Pacheco, Marcio Pauliki, Mauro Moraes, Missionário Ricardo Arruda, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Paulo Litro, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Requião Filho, Schiavinato, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral, Tião Medeiros e Wilmar Reichembach (44 Deputados). Não votaram: Ademar Traiano, Andre Bueno, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Claudio Palozzi, Dr. Batista, Evandro Junior, Luiz Carlos Martins, Maria Victória e Plauto Miró (10 Deputados)]. Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Resolução nº 1/2015. (Aplausos) (Manifestações nas galerias.)**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos requerimentos.)

#### REQUERIMENTOS

**Requerimento nº 749/2015, do Deputado Requião Filho, com discussão adiada de Sessão anterior, solicitando envio de pedido de informações ao Governador do Estado, sobre uma série de questionamentos que faz. É muito extenso, acho que posso dispensar a leitura, porque já é de conhecimento de todos os Deputados. Para encaminhar, Deputado?**

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Não, só encaminho

favoravelmente. É um compromisso que assumi com o Deputado Maurício Requião. Então, peço à nossa Bancada que vote "sim".

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Então, em votação o requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem. **Aprovado o requerimento e encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**

**Requerimento nº 799/2015,** do Deputado Péricles de Mello, com discussão adiada de Sessão anterior, solicitando envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Fazenda, conforme específica.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Presidente, há um entendimento entre esta Liderança e o autor do requerimento, que com a vinda do Secretário aqui hoje, se ele não esclarecer a matéria na fala, esse requerimento será aprovado na próxima segunda-feira. Então, há entendimento com o Deputado Péricles de Mello. Peço a V. Exa. o adiamento para a Sessão de segunda-feira.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Com a devida concordância do Deputado Péricles, solicito ao Deputado Péricles que faça a retirada, porque já estamos com a discussão adiada; estarei descumprindo o Regimento Interno.

**DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO (PT):** Fiz um acordo com o Líder do Governo e, dependendo dos esclarecimentos prestados pelo Secretário, não precisa votar o requerimento; caso contrário, votaremos na segunda-feira. Foi um acordo, apenas isso. Caso contrário, reapresento segunda-feira, se houver impossibilidade, é que foi invertida a pauta, Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Concordo com o acordo e vamos então arquivar e, se necessário for, reapresenta na segunda-feira. É isso, não é? **Requerimento retirado pelo autor.**

**Requerimentos lidos, aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências:** **Requerimento nº 825/2015,** do Deputado Márcio Pacheco, para a consignação nos anais da Assembleia Legislativa de moção de apoio à conclusão da edificação do Shopping Catauí, do Município de Cascavel, empreendimento comercial de relevante importância para o crescimento econômico e social do Município; **Requerimento nº 824/2015,** do Deputado Tercílio Turini, para envio de votos de congratulações ao Sr. Moacir Sgarioni, Presidente da Sociedade Rural do Paraná e demais diretores da entidade, pelo evento de lançamento da 55ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, realizada no dia 19.2.2015 no Município de Londrina; **Requerimentos nºs 826 e 827/2015,** do Deputado Schiavinato, para envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento: do Sr. Jair Marcolino, ocorrido no dia 3.3.2015, no Município de Londrina; e da Sra. Zélia Jussani, ocorrido no dia 3.3.2015, no Município de Iguaraçu.

**Requerimentos com despacho do Presidente:**

**À Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências:** **Requerimento nº 823/2015,** dos Deputados Ademar Traiano e Marcio Nunes, solicitando a realização de Sessão Solene na data de 7.5.2015, às 18h30, no Plenário da Assembleia Legislativa, para concessão da 21ª Honraria de Mérito aos Trabalhadores, Prêmio Personalidades Empreendedoras do Paraná, em comemoração ao Dia Internacional do Trabalho.

**À Diretoria Legislativa para anotações:** **Requerimento nº 829/2015,** do Deputado Pastor Edson Praczyk, Líder do Bloco PRB/PPL/PSL/PV, indicando o Deputado Márcio Pacheco como membro titular e o Deputado Rasca Rodrigues como membro suplente para compor o Bloco Temático Municipalista da Assembleia Legislativa.

**Justificativas de ausência:**

**Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea "b" do Regimento Interno** (em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado): **Requerimento nº 828/2015,** do Deputado Andre Bueno, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 3.2.2015.

**Deferido conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno** (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): **Requerimento nº 822/2015,** do Deputado Mauro Moraes, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 2.3.2015.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2014 DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA.**

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Em cumprimento à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 9º e § 4º, declaro aberta a **Audiência Pública de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2014 da Secretaria de Estado da Fazenda.** Neste momento, tenho o prazer de anunciar a palavra ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Mauro Ricardo Machado Costa, por 30 minutos, para que faça uma exposição do documentário do último quadrimestre de 2014. O Secretário tem a liberdade de usar o microfone na tribuna ou aqui embaixo; V. Exa. tem o tempo disponível de 30 minutos. Já comunico aos Srs. Deputados que após a exposição do Secretário, os Deputados já podem se inscrever aqui para fazerem os questionamentos necessários ao Secretário. Vamos obedecer uma lista por ordem de inscrição dos Srs. Deputados; inicialmente já temos inscritos os Deputados Tadeu e Nereu Moura; o Deputado Romanelli, também, já na sequência, me pede; Deputado Requião Filho. Secretário, está com a palavra. Gostaria, se mais alguém quiser se inscrever, que venha à Mesa, para evitar a interrupção da fala do Secretário. Trinta minutos para V. Exa.

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Primeiramente, queria saudar o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Traiano, e em nome dele saudar a todos os Parlamentares aqui presentes; a equipe da Fazenda, senhoras e senhores das galerias, e dizer da alegria e da satisfação de estarmos aqui hoje para apresentar os resultados fiscais do 3º quadrimestre de 2014, cumprindo dispositivos estabelecidos na Lei Complementar 101, mais popularmente chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal. Bem, vou apresentar as receitas, como elas ocorreram no exercício de 2014, as despesas, os resultados, os limites e o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Estado no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal. Bem, aqui vamos mostrar o comportamento da receita em 2012, 13 e 14; como podemos observar, houve crescimento em todos os exercícios: em 2013, em relação a 2012, um crescimento de 13%, 13,4% ou 6,72 real, e o crescimento também de 2014 em relação a 2013 de 3,82. Ou seja, nesse período de 2012 até 2014 tivemos mais de 24% de crescimento na receita corrente e também na receita de capital, crescimentos significativos de mais de 200% no crescimento da receita de capital. O comportamento da receita neste período foi um bom comportamento, não só relativo a 2012, a 2014, mas também de 2011, 2012, como vou ter a oportunidade de informar mais à frente. No que se refere às

receitas correntes, o detalhamento das receitas, estão aqui especificadas, vocês podem observar que a receita tributária cresce. Em 2014 chegamos a R\$23,5 bilhões contra algo em torno de R\$18 bilhões, ou seja, um crescimento de R\$5 bilhões de 2012 em relação a 2014. As receitas de contribuição deixaram de ocorrer em 2013 e 2014, porque a contribuição do servidor público para a Previdência passou a ser feita diretamente ao Paraprevidência, não sendo mais consignado no orçamento fiscal. Receita patrimonial também, tivemos R\$632 milhões e assim por diante. Ou seja, as receitas correntes alcançaram, em 2014, R\$34,4 bilhões, com crescimento de mais de 24% nominal no período e um crescimento real de mais de 10% nesse período. As receitas totais - é importante este quadro, porque demonstra o que ocorreu no período de 2010 até 2014 - então, tivemos um crescimento das receitas correntes em torno de quase 160%, de 2010 até 2014, 2011, aqui, 2010, 21,5 contra R\$34 bilhões. Tivemos em torno de R\$13 bilhões de crescimento da receita, se compararmos 2010 com 2014. Ou seja, um crescimento de quase 160% em todos esses itens, o qual logicamente se destaca, em valores nominais, a receita tributária aqui da ordem de R\$23,5 bilhões. Próximo. Bem, aqui vou falar um pouco das receitas correntes e sua composição no exercício de 2014. Como vocês podem observar, a receita tributária corresponde a quase 70% de todas as receitas correntes do Estado, e as receitas de transferência correspondem a 22%, ou seja, somando as duas temos 80% das receitas do Estado, que são compostas pela receita tributária e a receita de transferências. Ai vocês podem ter um quadro comparativo de 2013 em relação a 2014, que vocês veem basicamente a mesma composição. Não mudou de 2013 em relação a 2014. A receita tributária, nesses três últimos anos, também se comportou muito bem, conforme eu já tinha dito aos senhores. E aqui estamos abrindo por tributo, para ficar mais claro, o crescimento por cada tributo: ICMS, crescimentos significativos aqui neste período; o IPVA, da mesma forma; o ITCMD, que é o Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação, também com crescimentos significativos; Imposto de Renda Retido na Fonte, e taxas. Ou seja, nesse período, nesses três anos, tivemos quase seis, R\$5 bilhões de crescimento de 2014 em relação a 2012. Próximo. Aqui a receita tributária, como ela é composta em termos percentuais. Da receita tributária, 82% é o ICMS e 8% Imposto de Renda Retido na Fonte. E o mesmo percentual, extremamente parecido, em relação ao IPVA. Das transferências correntes, ou seja, aquilo que o Estado recebe de outros Poderes ou mesmo oriundos do Fundeb, isso que ocorreu nos últimos três anos, tivemos um crescimento das transferências federais pequeno em relação ao nosso crescimento de receita tributária; foi muito maior do que estamos recebendo do Governo Federal. Para vocês terem uma ideia, aqui no Governo Federal tivemos, saindo de 3,3 para 3,7, aproximadamente, ou seja, R\$400 milhões, apenas, de crescimento nesses três últimos anos. Basicamente foi aqui por conta de Fundo de Participação do IPI Exportação. Aqui são as outras transferências que o Estado recebe, são transferências oriundas de convênios e transferências oriundas do Fundeb, lembrando bem que esses recursos do Fundeb são recursos do próprio Estado, não decorrentes de 20% das transferências que recebe de participação em tributos federais e também os relativos a 20% dos tributos estaduais. As receitas do Fundeb que recebemos de volta, em torno de R\$3 bilhões e 600 milhões, e enviamos de receitas próprias do Estado R\$4 bilhões e 200 milhões, ou seja, temos uma perda do Fundeb de R\$660 milhões, o que representa aproximadamente 15%, ou seja, só sacamos 85% do que é transferido ao Fundeb, retorna ao Estado e o restante fica, logicamente, para os outros Municípios. Aqui é um slide que mostra as receitas correntes orçadas e realizadas, e aí observamos que o Estado tem sempre tido uma posição otimista em relação às suas receitas, que por vezes não se concretizam no valor estimado. Tivemos em 2014 R\$36,6 bilhões de receita corrente estimada, e uma realização de R\$ 34,4 bilhões, ou seja, R\$2 bilhões a menos do que tinha sido projetado ainda no exercício de 2014. No que se refere à receita de capital, temos aqui esta decomposição. Em operações de crédito tivemos um crescimento significativo aqui em 2014, por conta da operação de crédito que o Governador Beto Richa lutou bastante para conseguir, que é relativo aos recursos do Pró-Infraestrutura e recursos provenientes também do BIRD, que entraram na ordem de R\$953 milhões, o que ajudou bastante o Estado a promover os investimentos que foram feitos no exercício de 2014. Tivemos poucas transferências de capital. Isto aqui é basicamente de convênios com o Governo Federal. Vocês podem observar, de uma realização de receita na ordem de R\$36 bilhões, apenas R\$234 milhões foram de recursos recebidos do Governo Federal a fundo perdido. Esta é a composição das receitas de capital. A maioria, percentualmente, a maior realização foi de operação de crédito e/ou de transferências de capital naquele montante de R\$200 milhões. Aqui é o demonstrativo da receita orçada contra a realizada. Então, no orçamento atualizado de 2 bilhões e 100, aproximadamente, tivemos uma despesa realizada de R\$1 bilhão e 300 milhões, ou seja, tivemos uns R\$800 milhões de frustração de receita de capital no exercício de 2015, basicamente concentrada aqui em outras receitas de capital e transferências de capital. Quer dizer, fomos muito otimistas em relação ao que receberíamos do Governo Federal, e infelizmente, a fundo perdido, só vieram R\$234 milhões. Ai é a receita consolidada, orçada, tanto a receita corrente quanto a de capital; vocês podem observar que temos aqui uma frustração de receita da ordem de R\$3 bilhões entre a receita orçada, de 38,8, e a receita realizada, de quase R\$ 36 bilhões. Temos aí 3 bilhões concentrados basicamente em receita de capital e uma pequena parte aqui em receita corrente. Bem, esgotada a parte de receita, vamos agora analisar as despesas, como elas se comportaram nesses últimos três anos. As despesas correntes cresceram, de 2012 para 2013, saíram de R\$26 bilhões para R\$33 bilhões. Então, estamos falando aqui aproximadamente de R\$7 bilhões de crescimento da despesa corrente nesse exercício. Depois vou decompor essa despesa corrente nos vários itens para que possamos compreender melhor onde ela cresceu nesse período. A despesa de capital saiu de 2.300 para 2.800, e a despesa total de R\$28 bilhões para R\$36 bilhões, ou seja, tivemos aí quase R\$8 bilhões de crescimento neste período, e as receitas cresceram aqui de 27,8 para 35, cresceram também algo em torno de R\$8 bilhões. Muito semelhante o crescimento da despesa em relação ao crescimento da receita em valores absolutos nesse período. E aí, detalhando melhor a despesa corrente, podemos observar aqui as despesas com pessoal em encargos sociais, e aí temos um crescimento significativo, em 2012 gastávamos R\$14 bilhões, em 2014 passamos a gastar quase R\$19 bilhões com pessoal. Logicamente, aí nos deu 20, quase 30% de crescimento nominal nesse período. E aí, lembrando bem que isso foi agravado no exercício de 2013 e 2014, por conta de uma medida que foi aprovada aqui por esta Casa, no que se refere à questão previdenciária. Tínhamos até 2012 dois Fundos Previdenciários, um Fundo Financeiro... Desculpem, dois Fundos para pagamento de inativos e

pensionistas: tínhamos um Fundo Financeiro e tínhamos um Fundo Previdenciário que foi constituído lá em 1998. O Fundo Financeiro era responsável pelo pagamento dos servidores acima de 50 anos, e o Fundo Previdenciário era responsável pelo pagamento dos servidores abaixo de 50 anos. Então, em 2012 foi aprovado aqui por esta Casa um projeto de lei que fez o equilíbrio do Fundo Previdenciário. E como é que equilibrou o Fundo Previdenciário? Tirou as pessoas que estavam no Fundo Previdenciário, tirou todos os militares que estavam no Fundo Previdenciário, tirou grande parte dos servidores ativos que estavam no Fundo Previdenciário, e trouxe para o Fundo Financeiro. Então, o que ocorreu na prática? Você equilibrou o Fundo Previdenciário com a retirada de pessoas, e você ampliou significativamente o déficit do Fundo Financeiro, e as consequências estão aqui nesses dois componentes. Vocês podem observar que já em 2013 temos aqui uma despesa com insuficiência na ordem de 3 bilhões e 600, e em 2014 essa insuficiência passa a ser de R\$4 bilhões e 100 milhões, por conta exatamente do que ocorreu no exercício de 2012, e o impacto significativo de 2013 e 2014. Vocês vão observar, no próximo slide, que a despesa de pessoal, que em 2010 era de R\$10 bilhões, passou em 2014 para R\$18 bilhões, um crescimento de 73% na despesa com pessoal, um crescimento nominal e um crescimento real da ordem de 37%, e grande parte desse crescimento ocorreu exatamente nesse período, por conta dessa decisão desse projeto aprovado em 2012, e por conta dos aumentos salariais que ocorreram no Governo Beto Richa, e que beneficiou significativamente inúmeras carreiras e em especial a área de segurança pública e a área de ensino, inclusive com a contratação de diversos profissionais nessas duas áreas. Então, hoje, vivemos o que vivemos no Estado, e o que todos os senhores têm conhecimento, grande parte disso por conta do comprometimento que temos da folha de pessoal em relação à receita tributária do Estado. Para vocês terem uma ideia, a receita tributária do Estado monta em R\$18 bilhões, exatamente o valor que temos aqui com o total da folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas. Isso nos causa, logicamente, uma impossibilidade enorme de podermos fazer outras coisas além de pagarmos pessoal. Os juros e encargos da dívida, também tivemos aí um comportamento estável em relação aos juros e encargos das dívidas, e é interessante também informar para os senhores que nesses quatro anos de Governo pagamos de juros e encargos da dívida, e mais amortização da dívida, R\$5 bilhões e 600 milhões, que foram gastos nesses quatro anos como serviços da dívida, de dívidas contraídas em Governos anteriores, não neste Governo, e contra uma operação de crédito, novas contratações, apenas de R\$1 bilhão e 100 milhões. Ou seja, pagamos líquido R\$4 bilhões e 600 milhões. Se tivéssemos pagado 5 bilhões e 600 e recebéssemos também 5 bilhões e 600 seria ótimo, porque poderíamos fazer muita coisa com esse diferencial. O problema é que recebemos 1 bilhão e 100 e gastamos, pagando amortização, encargos da dívida, R\$5 bilhões e 600 milhões, conforme demonstrado nesses quadros que estou informando aos senhores. As outras despesas correntes tivemos um crescimento também, nesse período, de forma significativa, 62%, em transferências a Municípios um crescimento de 62%, porque você tem que olhar outras despesas correntes e falar: "Não, essa é uma despesa do Estado". Não, isso aqui é dentro do grupo de outras despesas correntes que você tem as transferências que você faz a Municípios; 50% da arrecadação do IPVA é transferido ao Município e 25% da arrecadação do ICMS também é transferido ao Município. Outras despesas correntes, exceto transferências e aportes que tivemos aqui esse crescimento nesse período da ordem de 64% real, ou um crescimento nominal de 29% nesse período. As transferências a Municípios, só detalhando para os senhores, na ordem de R\$7 bilhões, de ICMS transferimos quase 6 bilhões, de IPVA, Fundo de Importação, CIDE e royalties transferidos. Então, tivemos crescimentos bons de arrecadação, que refletiram, logicamente, nas transferências aos Municípios. As despesas de capital, tivemos um decréscimo em 2014 em relação a 2012, no que se refere a investimentos por conta exatamente do crescimento das inversões financeiras, que foram as capitalizações que foram efetuadas, capitalizações na Agência de Fomento para que ela pudesse ajudar os Municípios em operações de crédito, e crescimentos também relativos à amortização de dívidas, exatamente por conta dessas dívidas todas que falei para os senhores, que montam aí a casa de aproximadamente R\$20 bilhões, hoje, que o Estado tem do seu passivo de dívida consolidada. As despesas com função, é importante vocês terem uma noção de onde o Estado gastou o dinheiro nesses quatro anos, está aqui onde o Estado gastou: saúde, gastou em 2012, 2 bilhões e 600; em 2014, R\$4 bilhões, ou seja, quase 60% a mais do que foi gasto em 2010, e um crescimento real em torno de 20%. Segurança pública, quase 80% de crescimento: se gastava, em 2010, 1 bilhão e 400; em 2014, 2 bilhões e meio. Corroboro o que acabei de dizer com a contratação de novos policiais, que deu incremento na folha de pagamento, além, logicamente, dos reajustes salariais. Educação, em 2010 se gastava 5 bilhões e 800 e passou a se gastar em 2014 R\$8 bilhões e 300 milhões, ou seja, aumentou os gastos em educação em 43% em relação ao que se gastava em 2010. Aqui o grande gasto é na área de previdência. Em 2010 se gastava 2 bilhões e 100 com previdência dos servidores, e passamos a gastar R\$4 bilhões e 800 milhões, ou seja, quase 130% a mais do que se gastava em 2010. Aqui estão os gastos efetuados ano a ano. Os encargos especiais são aqueles recursos que são utilizados para pagamento da dívida, para pagamento de precatório, para pagamento de Pasp, para pagamento de INSS, enfim, para pagamentos que não têm a ver especificamente com uma determinada função de Governo, mas é responsabilidade do Governo efetuar. No que se refere à função judiciária, também tivemos um crescimento de 66%; administração, crescimento de 100%; transportes, aqui tivemos um pequeno decréscimo na área de transportes; assistência social, tivemos um crescimento nominal da ordem de 41%; e as demais funções em torno de 83%. No conjunto, tivemos um crescimento de 62% em relação ao que se gastou no último ano do Governo anterior em 2010. Esse quadro mostra a prioridade de gasto do Governo do Beto Richa. Vocês podem observar saúde, valores absolutos, segurança, educação e previdência são gastos expressivos, que demonstram a priorização do Governo na aplicação dos recursos. No que se refere à questão da seguridade social, e aí é importante mostrar, aqui estamos fazendo o quê? Este slide procura demonstrar que o sistema previdenciário como um todo é superavitário. Por quê? Porque se você somar o Fundo de Previdência, o Fundo Financeiro e o Fundo Militar você chega a estas contas aqui estabelecidas. Esses três Fundos têm uma receita de R\$7 bilhões e 500 milhões, os três Fundos juntos, porém, têm uma despesa de R\$6 bilhões e 100 milhões, ou seja, os três Fundos juntos são superavitários. Por quê? Porque o Fundo Previdenciário é muito superavitário, e o Fundo Financeiro e o Fundo Militar são extremamente deficitários. Se juntássemos os três Fundos teríamos, logicamente

essa situação mostrando o superávit do sistema previdenciário estadual, se olhado no seu conjunto e não isoladamente. Aqui os resultados alcançados de janeiro a dezembro no que se refere ao balanço orçamentário, que compara receitas e despesas no exercício, tivemos, nesse primeiro, no ano de 2014, desculpem, um resultado de 854 positivo, porém, se considerarmos aqui uma despesa extraorçamentária, que é a cobertura da insuficiência do sistema de previdência do Estado, que não há uma execução orçamentária no orçamento fiscal e sim no orçamento de seguridade social, se considerarmos isso, temos aí um déficit de apenas R\$252 milhões. Se analisarmos o déficit do exercício de 2014 é esse valor de R\$252,25 milhões. Lembrando bem, receitas arrecadadas e despesas realizadas, incluindo aí restos a pagar processados e não processados. Aqui é o resultado primário. O resultado primário mede o quê? As receitas financeiras menos as despesas - desculpem - as receitas não financeiras menos as despesas não financeiras. Isso aqui não mede déficit. O que mede déficit e superávit é este relatório aqui, que mostra o balanço orçamentário. Os meios de comunicação confundem o resultado orçamentário com o resultado primário. O resultado primário é este demonstrado, e temos um déficit de R\$934 milhões entre a receita primária e a despesa primária. Por que esse déficit ocorreu? Esse déficit ocorreu porque várias das despesas primárias foram realizadas com receitas não primárias. Receitas oriundas de operações de crédito não são computadas como receitas primárias, porém, o gasto dessas receitas é considerado nas despesas primárias. Como tivemos captações de recursos em torno de R\$900 milhões, isso justifica esse déficit primário aqui estabelecido. O resultado nominal mede se a dívida está crescendo ou não está crescendo em relação ao ano anterior. Então, tínhamos aqui uma dívida consolidada de R\$20 bilhões em 2014, e ela está praticamente no mesmo valor de 2013, porém, a dívida líquida aqui em 2014 foi de R\$14 bilhões e ela passou para 16,166, ou seja, resultado nominal de R\$1 bilhão. Aqui as despesas com pessoal do orçamento fiscal e seguridade social. Procuramos juntar quanto estava se gastando com o pessoal. Vocês podem observar que aqui o gasto total com pessoal é de R\$21 bilhões, é que hoje o Governo Estadual gasta com... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Secretário Mário, só para a sua orientação, concedemos 30 minutos e vamos dar uma prorrogação de 15 minutos. Pelo o que eu vejo, nesses 15 minutos têm condições de fazer o término da exposição.

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Ok. Muito obrigado, Presidente. Aqui as despesas brutas com pessoal, de R\$21 bilhões, o quanto estamos gastando. O Executivo gasta 18, o Judiciário 1 bilhão e 700, o Legislativo quase R\$700 milhões e o Ministério Público um pouco mais de R\$600 milhões. Essa é a despesa bruta, e aqui a despesa líquida, já deduzidas as receitas, que são próprias do sistema previdenciário. Aqui temos os gastos do consolidado geral do Estado, 54,69; o Executivo, 46,76, um pouco acima do limite prudencial; o Judiciário, 4,54; o Legislativo, 1,80; e o Ministério Público, 1,6. Os gastos totais são de 20, R\$21 bilhões. Estamos gastando um pouco mais de R\$6 bilhões com inativos e pensionistas no exercício de 2014. Aí são os gastos com educação, logicamente aqui não estão computados todos os gastos com educação, apenas os gastos que são feitos com as receitas próprias do Estado. Temos aí o limite na Constituição Federal, de um piso na posição Federal de 25%, o Estado estabelece, o Governo, a Constituição Estadual estabelece um piso de 30%, e o Estado, em 2014, gastou 34,3%, bem acima do limite estabelecido. Na saída o piso de 12%, estamos com 12,29, foi o índice alcançado, e gastamos mais ainda R\$163,5 milhões relativos à insuficiência no exercício de 2013. Com relação aos limites, outros limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, este aqui estabelecido por resolução do Senado, temos um limite legal de operações de crédito que podemos contratar por ano de 4 bilhões e 500, em 2014 foram contratadas operações de crédito de R\$2 bilhões e 100 milhões. Lembrando bem que desses 2 bilhões e 100 ingressaram nos cofres estaduais apenas R\$950 milhões aproximadamente. O limite de gastos com serviços da dívida, isso aqui é o que se paga anualmente de juros e encargos da dívida, mais amortização, foi em torno de R\$1 bilhão e 600 milhões que gastamos, e no que se refere à dívida consolidada líquida, poderíamos ter contratado operações de R\$56,6 milhões, mas contratamos 16,5, que nos dá um saldo a contratar, ou seja, a possibilidade de novas operações de crédito da ordem R\$40 bilhões. O quarto limite é o limite para concessões de garantias. O limite de 6 bilhões e 300, foram usados em 2014 apenas R\$763 milhões. No que se refere ao limite da dívida consolidada líquida temos aqui, o limite é de 56, ou seja, teríamos espaço para fazer operações de crédito ainda significativas nos exercícios seguintes. O limite da dívida consolidada está aqui demonstrada graficamente, e estamos aqui nessa situação, ou seja, poderíamos nos endividar até duas vezes a receita corrente líquida, e estamos apenas com 58% de endividamento em relação à nossa receita corrente líquida. Enfim, eram essas as informações básicas que eu gostaria de passar para os senhores, e logicamente vou estar à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais. Queria novamente agradecer o Presidente e aos Parlamentares pela grande oportunidade de poder apresentar os resultados do Estado no período anterior. Obrigado a todos.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Agradecemos a exposição feita pelo Secretário Mauro. Gostaríamos de registrar a presença da equipe que acompanha o Secretário Mauro, servidores públicos, George Tormin, Diretor Geral da Sefa; José Aparecido Valencio da Silva, Diretor da Coordenação da Receita do Estado; João Otávio Faria de Borges Sá, Coordenação da CAFÉ, Coordenação da Administração Financeira da Sefa; Paulo Ernesto Conrado, Coordenador da COP, Coordenação de Orçamento e Programação da Sefa; Marlene de Souza Strada, Chefe da Direção, Divisão de Controle da Receita e Dívida Pública; Bruna Kowalski, Assessora da Direção, Divisão de Controle da Receita e Dívida Pública; e Maurílio Guerreiro Campos, Contador Geral do Estado. Temos, pela ordem, 10 Parlamentares inscritos para fazerem perguntas ao Secretário, e neste momento estou encerrando as inscrições. Já estão inscritos o Deputado Anibelli, o Deputado Elio Rusch, e encerramos as inscrições. Vamos dar o tempo de acordo com o que estabelece o nosso Regimento: o Deputado terá cinco minutos para formular a pergunta; o Secretário terá cinco minutos para responder e fazer as suas considerações; se necessário for, solicitará a réplica; o Parlamentar terá três minutos e da mesma forma o Secretário também terá três minutos para a réplica, improrrogáveis, não vamos permitir que se exceda o horário, até pelo número de oradores inscritos. Vamos ser implacáveis na questão do horário. Então, antes de anunciarmos o primeiro orador inscrito, esta Mesa tem o prazer de anunciar o aniversariante do dia, o Deputado Marcio Nunes, e queremos desejar a ele votos de pleno sucesso, de felicidades, e que todos os Parlamentares possam, no final da

Sessão, cumprimentá-lo. Um grande abraço! Então, Deputado Tadeu Veneri, por cinco minutos, é o primeiro inscrito.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Obrigado, Sr. Presidente. Dr. Mauro, equipe da Sefa, cumprimentá-lo, cumprimentar os nossos visitantes e principalmente cumprimentar pela disciplina, Sr. Presidente, dos nossos visitantes. Fazer duas perguntas ao Secretário: primeiro, uma consideração, o senhor falou dos recursos que nesses quatro anos entraram nos cofres do Governo, e não há, na sua citação, talvez por considerar desnecessária, que o Governo vendeu a folha de pagamentos por R\$500 milhões; o Governo recebeu, além do Proinveste de R\$830 milhões, e do empréstimo externo recebeu R\$300 milhões; de um acordo feito com a Sanepar, mais 783 milhões em ações da Sanepar. O Governo recebeu 1 bilhão e 300 milhões de ICMS vindendo; o Governo praticamente dobrou, 100% a mais dos dividendos distribuídos pela Sanepar e pela Copel. Tudo isso, Secretário, são receitas, e receitas significativas que entraram nos cofres do Governo, e acho que é preciso que façamos essa consideração, porque a impressão que dá é que só entrou aquilo ali. Não. Na verdade entrou muito mais do que aquilo; como foi administrado é outro problema. A segunda, que também é bom sempre lembrarmos, e fizemos isso a todos os Secretários, que a dívida que pagamos hoje por conta de Governos anteriores é basicamente a dívida do Banestado, Banco que foi propositadamente privatizado e que continuaremos pagando por muito tempo essa dívida; recentemente inclusive mudou-se o indexador, que melhora um pouco a situação, mas continuamos pagando. Duas perguntas, Secretário: quando o senhor coloca a respeito do Paranaprevidência, gostaríamos de saber quanto deveria ter sido depositado nesses 50 meses, e quanto, efetivamente, foi depositado pelo Governo do Estado no Paranaprevidência? Com relação à previdência, quando o senhor falou dos três Fundos, o senhor citou o Fundo Militar. Quando foi feita a votação aqui, alertamos o Governo, o Governo estava criando o Fundo Militar, e entendo um pouco disso, mas entendo um pouco, trabalhei em banco também muito tempo e na Previ. O Fundo Militar, Sr. Secretário, foi feito sem nenhum lastro e sem que se levasse a portabilidade dos militares para esse Fundo. Ora! Esse Fundo é inviável! Isso é totalmente inviável! Por que foi feito? Eu não sei. Mas eu pergunto ao senhor: o senhor faria um Fundo dessa forma, onde todas aquelas pessoas foram transferidas sem que houvesse lastro, sem levar portabilidade, e com o Governo do Estado, no dia seguinte, tendo que desembolsar as aposentadorias e pensões? A segunda pergunta que eu gostaria de fazer é com relação aos relatórios. O Governo divulgou dois relatórios fiscais no Diário Oficial, um no dia 30 de janeiro e o outro no dia 2 de março de 2015, e há uma grande divergência nos números dos dois relatórios. No primeiro relatório o Estado tinha um déficit de 4 bilhões e 600 milhões, no segundo um déficit de 900 milhões. Se houve alteração no valor do gasto com pessoal, que estava registrado em 24,687 bilhões e caiu para 21,299 bilhões, uma redução de 3,389 bilhões, eu pergunto: o que aconteceu? Foi um erro, ou alguma outra alteração? Não sabemos. Além disso, outra alteração grande, Sr. Secretário, que existe, é na disponibilidade de caixa. As obrigações financeiras, que eram de 5,2 bilhões, caíram, no segundo relatório, para R\$2.657 milhões. Eu pergunto o que o Governo fez: cancelou empenhos e também cancelou despesas, ou só cancelou empenho? E, obviamente, se fez alguma baixa nesse processo. Eram essas perguntas, Sr. Secretário, porque o senhor falou bastante sobre a previdência e o senhor sabe que estamos numa situação bastante delicada no Estado, com uma greve que já dura muito tempo basicamente e que unifica diversos segmentos, e basicamente a unidade desses segmentos se dá em cima da questão do Paranaprevidência. Já fizemos apelo, diversas vezes, ao Governador Richa, que venha publicamente dizer que não vai mexer na previdência do servidor público. E aí teremos certamente uma facilitação para esse processo. Espero que o senhor possa contribuir conosco. (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Com a palavra, por cinco minutos, para responder ao Deputado Tadeu Veneri, o nosso Secretário Mauro. Por favor.

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Inicialmente, queria saudar o nobre Deputado Tadeu, acho que é a primeira vez que conversamos pessoalmente, não é? Com relação às receitas, informei que de fato, nas receitas, houve um crescimento significativo de 2010 para 2014. Crescimento na ordem da R\$13 bilhões, se analisarmos o que ocorreu em 2010. Em relação às receitas realizadas no exercício de 2014, se deveu, logicamente, a vários fatores que ocorreram nesse período, principalmente crescimento da receita tributária, que permitiu que pudéssemos ter uma alavancagem significativa... (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Por favor, eu peço silêncio. Solicito ao nosso sistema de som que melhore...

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Ok. Desculpem. Bem, retornando ao que se refere à receita nesse período, tivemos crescimentos significativos da receita tributária, oriundos, logicamente, de diversos fatores: teve alienação da folha; teve descapitalizações da Agência de Fomento, que depois novamente foram capitalizadas em 2014; houve crescimentos significativos da receita tributária, o que propiciou que o Estado também pudesse crescer em relação às suas despesas. Isso foi apresentado aqui no momento em que estava fazendo a exposição. O Deputado foi muito feliz no que se refere a essa questão da previdência. Acho que é importante que inclusive admitamos erros, não acertamos e erramos. Acho que, de fato, a retirada de massa do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro é um dos motivos que levou o Estado à situação que está hoje. Vocês podem observar ali, conforme eu apresentei, no exercício de 2014 o Estado dispendeu, de recursos do Tesouro, R\$4 bilhões e 100 milhões, exatamente porque retirou massa. Ou seja, retirou pessoas, retirou todos os militares que estavam no Fundo Previdenciário; as suas contribuições foram feitas, anos e anos e anos, para o Fundo Previdenciário, que você simplesmente retirou essas pessoas do Fundo Previdenciário, trouxe para o Fundo Financeiro e passou a custear com o Tesouro essas aposentadorias. Fez isso, além do... Não só em relação aos militares, mas também em relação a civis. Todos os civis que foram contratados até 2003 também foram para o Fundo Financeiro, o que, logicamente, onerou significativamente o Fundo Financeiro e levou a esse gasto adicional de R\$4 bilhões e 100 milhões. É algo que, de fato, precisa ser corrigido, porque senão hoje toda receita tributária do Estado será utilizada para o pagamento de pessoal. É o que estamos passando hoje, no mês de janeiro, no mês de fevereiro e que passaremos também em relação ao mês de março, contando centavos para podermos pagar a folha de pagamento, por conta do gasto excessivo que hoje está sob responsabilidade do Tesouro no que se refere a inativos e pensionistas. Talvez devêssemos reverter o que foi feito em 2012, mesmo porque essas pessoas todas que estavam no Fundo Financeiro

têm os seus recursos lá colocados, a reserva matemática que está lá no Fundo Previdenciário é oriundo desses militares que hoje vieram para o Fundo Financeiro, desses civis que estavam no Fundo Previdenciário e também vieram para o Fundo Financeiro. Talvez seja necessário reverter o que foi feito em 2012, de tal maneira que possamos ter uma previdência social mais adequada à realidade econômica e financeira do Estado, e a partir disso, de fato, tenhamos disponibilidade de recursos para fazer mais do que estamos fazendo hoje. No que se refere aos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, logicamente o relatório passou por uma avaliação pelo setor de contabilidade. Estamos aqui com o Contador Geral do Estado, que fez diversos ajustes para fins de encaminhamento do Balanço Geral do Estado ao Tribunal de Contas e à Assembleia... (É retirado o som).

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Deputado Tadeu, pode o Secretário? Porque senão vamos trocar.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Sr. Presidente, entendo que talvez o tempo seja um pouco cruel para as respostas, mas precisamos saber o que aconteceu, embora o Secretário coloque que há uma adequação, Secretário, vou seguindo o que o Presidente determina, e continuar, porque acho que o senhor veio aqui para fazer a prestação de contas, mas também com o intuito de tentar esclarecer esse imbróglio da previdência. Desculpe-me se não for isso, mas fica muito evidente que boa parte do seu tempo é usado para explicar a previdência. Pergunto: a massa dos Poderes, o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Assembleia Legislativa, e Tribunal de Contas, quando transferidos, tinham reserva matemática para aportar no Paranaprevidência? Porque se não tinham, a pergunta é: por que cobrar de todos agora, se não foram cobrados daqueles que deveriam ser cobrados? Quer dizer, não é mais lógico que o Governo cobre de quem deve, do que tentar fazer isso? Que volto a dizer ao senhor, e por favor me entenda, não estou aqui fazendo, absolutamente, nenhuma crítica a pessoas, mas o Governador tomou uma atitude que ele cobra indistintamente de todos, quando na verdade precisamos saber se as massas que foram, quando segregadas, e principalmente como o senhor colocou 2003, que foram trazidas sem reserva matemática, é uma conta de chegar que não bate. Eu vivi isso no Banco do Brasil, quando a Previ simplesmente resolveu colocar todo mundo lá dentro, sem reserva matemática, e é óbvio que a conta estoura. Então, a pergunta é - vamos ter que fazer aqui um grande debate, mas volto a insistir com o senhor - não é mais lógico que hoje se aponte caminhos, e eu lhe perguntei, talvez o senhor possa me responder agora, quanto foi, de fato, recolhido pelo Estado? E quanto deveria ter sido recolhido? Porque senão estaremos cobrando só do trabalhador, e o trabalhador já está sendo penalizado. Então, ele está sendo duplamente penalizado, uma porque não veio a reserva matemática - estou supondo que não tenha vindo, me perdoe se estiver errado, mas não veio reserva matemática dos Poderes que entraram como também participantes do Paranaprevidência - e outra, porque se o Governo, ou os Governos, não apenas o Governo Richa, mas os Governos não fizeram essa adequação, obviamente que tem que se pensar num processo de capitalização que não seja aquele que havia sido sinalizado aqui quando o primeiro projeto chegou a esta Casa.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Fique à vontade.

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Quando houve a segmentação de massa, o objetivo, naquele momento, era equilibrar o Fundo Previdenciário. De que forma a opção, naquele momento, foi feita, de equilibrar o Fundo Previdenciário? Retirar massa lá de dentro. Se eu vou retirar benefícios que hoje estão sendo pagos pelo Fundo Previdenciário e trazer para o Fundo Financeiro, logicamente vou equilibrar esse Fundo Previdenciário e desequilibrar o Fundo Financeiro; não houve qualquer transferência de reserva matemática do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro, trouxe apenas os beneficiários atuais e futuros em relação às suas aposentadorias para o Fundo Financeiro. Por isso que houve esse desequilíbrio, você retirou todos os militares que tinham contribuído anos e anos no Fundo Previdenciário e trouxe para o Fundo Financeiro, sem qualquer reserva matemática. Da mesma forma você retirou, acredito eu, que algo em torno de 60 mil servidores civis do Fundo Previdenciário para o Fundo Financeiro. Levou o Estado a essa situação. O Estado, de fato, devia recursos ao Fundo Previdenciário e fez um acordo, foi algo em torno de R\$600 milhões, que foi acordado com o Ministério da Previdência o parcelamento disso em 60 meses, que inclusive foi um dos motivos que levou ao crescimento do nosso serviço da dívida, que está hoje contabilizado. Ou seja, esses R\$600 milhões estão sendo pagos nos valores que são definidos inclusive pelo Ministério da Previdência; ele manda uma fatura para o Estado e o Estado faz o pagamento na forma do parcelamento pactuado em 60 meses. Outra questão, relativa aos relatórios, foram feitos, logicamente, vários ajustes de receitas e despesas em termos de empenhos que estavam lá registrados e relativos a compromissos que não iam, de fato, se concretizar, e a partir daí foram cancelados, conforme determinação legal, de fazer vários compromissos. Vários, também, foram reavaliados, para saber da necessidade ou não da sua consignação, se havia lastro efetivo para sua consignação do balanço. Em virtude disso, o Contador Geral do Estado fez um ajuste contábil - como é normal ser feito ao final de um exercício - para entrega do Balanço Geral do Estado ao Tribunal de Contas do Estado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Deputado...

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Sr. Presidente, só fica aqui uma solicitação ao Sr. Secretário, não foi possível responder, mas que o senhor possa nos enviar quanto o Estado deveria recolher e quanto não recolheu. Este é o centro do debate. (Manifestações nas galerias.)

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Deputado, me desculpe, mas respondi a sua pergunta. Falei em R\$600 milhões que o Estado deixou de recolher e pactuou com o Ministério da Previdência um parcelamento dessa dívida, que está sendo cumprido rigorosamente, inclusive fiscalizado pelo próprio Ministério da Previdência neste Governo.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Com a palavra o Deputado Nereu, por cinco minutos.

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** Muito prazer, Sr. Secretário, prazer em conhecê-lo.

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Igualmente.

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** Sr. Secretário, a explanação que V. Exa. fez aqui me trouxe uma esperança grande de que a situação do Paraná está tranquila financeiramente, que nosso déficit é pequeno, a situação está bem controlada. Portanto, queria fazer algumas perguntas a V. Exa., levando em consideração os dados que V. Exa. trouxe a esta Casa. Primeiro: a receita cresce expressivamente, como V. Exa. pontuou na sua exposição aqui. Gostaria de fazer a segunda pergunta, pontual: o Paraná está em crise? Qual é a expectativa do

senhor em relação ao futuro do nosso Estado diante desses números? E por que tanto pacote de aumento de receita se as contas estão relativamente equilibradas? (Aplausos). Outra pergunta, Sr. Secretário: qual sua visão sobre, digamos, não crise financeira, mas situação financeira do Paraná, como o senhor já disse em entrevistas, em meios de comunicação do nosso Estado, o que os Secretários anteriores erraram ou deixaram de fazer para que a situação estivesse melhor? E outra pergunta: observamos, na disponibilidade de caixa, que o exercício de 2014 encerrou negativo em 580 milhões. Mas se olharmos em relação a 2013, o saldo melhorou bem, já que em 2013 fechou negativo em 2 bilhões e meio. Se melhorou tanto assim, Sr. Secretário, o valor de 580 milhões é relativamente baixo para um Estado que tem um orçamento aproximado de R\$50 bilhões. Volto a insistir: é necessário o tamanho do ajuste que está sendo feito, com o corte de benefícios dos servidores do Estado, com o aumento do IPVA, com o aumento do ICMS, com aumento de outras receitas? É preciso fazer tanto sacrifício ao povo do nosso Estado? E, para concluir, Sr. Secretário, ouvi na explanação de V. Exa. que V. Exa. nem culpa tem, porque chegou ao Paraná este ano, nem participou de anos anteriores e está aqui apenas... (Manifestações nas galerias.) ...E está aqui cumprindo uma missão. O orçamento do nosso Estado - já sou Presidente da Comissão de Orçamento aqui há muitos anos, entendo bem pouco em relação ao conhecimento de V. Exa., que acredito que seja muito grande, tendo em vista o seu currículo - o orçamento do Estado, sempre estimado maior do que o efetivado, na análise do senhor, por que isso? Há uma desorganização, havia uma desorganização na elaboração da peça orçamentária, ou eram outros fatores da economia brasileira que acabavam redundando em uma diferença de 2 bilhões, aproximadamente, de cada ano, da estimativa da receita para aquela efetivamente realizada? Eram essas as perguntas, Sr. Secretário.

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Bem, vivemos, logicamente o país vive um momento extremamente delicado, basta verificar o que está ocorrendo, as medidas que foram...

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** Falar mais perto do microfone, Sr. Secretário.

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Vivemos no país um momento extremamente delicado, com expectativa de queda de atividade econômica significativa, e logicamente queda de atividade econômica significa menos faturamento por parte das empresas e consequentemente um menor recolhimento de tributos, sejam eles federais, estaduais ou municipais. Por isso, as medidas que estão sendo adotadas no âmbito do Governo Federal, várias delas de incremento de receita, como a ampliação das alíquotas de PIS, Cofins, de IOF, de redução de benefícios fiscais que eram dados em relação ao IPI e também em relação à contribuição previdenciária, agora recentemente enviada ao Congresso Nacional. Enfim, são várias medidas que estão sendo feitas no Governo Federal, assim como no Governo do Estado, de ampliação de receita e de redução de despesa. Temos que lembrar bem que o orçamento de 2015 foi elaborado a preços de junho de 2014, dentro das expectativas que existiam em junho de 2014; ninguém imaginava que em 2014 o crescimento do Brasil seria zero e que em 2015 teríamos um decréscimo na atividade econômica, segundo a última pesquisa Sensus, um decréscimo do PIB na ordem de 0,58%, ou seja, toda a produção do país neste ano vai reduzir 0,58% em relação ao que ocorreu no exercício de 2014, que já foi zero em relação ao exercício de 2013. Então, temos hoje uma peça orçamentária que incorpora uma expectativa que não ocorreu em 2014 e nem em 2015, por isso temos um orçamento com receitas superestimadas em relação à realidade econômica do país e do Estado do Paraná - não vão pensar que somos uma ilha em relação ao que ocorre no país, logicamente que tudo o que ocorre no país e no mundo interfere em relação ao Paraná e ao Brasil. Por conta disso, adotamos medidas em relação ao contingenciamento de despesas, fizemos um contingenciamento grande, da ordem percentual de 24,5%, em valores absolutos de R\$11 bilhões, de tal maneira que pudéssemos adequar a despesa à nova realidade de receita, em face deste contexto econômico nacional, estadual e mundial, por conta disso. Então, o ajuste é necessário ser feito. Estamos realmente em uma situação muito crítica, muito grave. E estamos, infelizmente, sem recurso para poder fazer mais do que pagar a folha de pessoal. Todos os senhores têm conhecimento do que está efetivamente ocorrendo no Estado, por isso que precisamos dos ajustes fiscais. Os ajustes fiscais envolvem equalização das alíquotas de ICMS e IPVA, o que ocorre no restante do Brasil; a equalização das alíquotas da contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas, do que ocorre no restante do Brasil, que ocorreu no ano passado; e este ano as medidas que estamos adotando para redução de despesa. O ano passado para ampliação de receita e este ano para redução de despesas, de tal maneira que adequemos a despesa à nossa nova realidade econômico-financeira do Estado do Paraná.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Deputado Nereu, tem três minutos para réplica.

**DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB):** Sr. Presidente, na verdade, não me satisfaz a resposta, embora o Secretário tenha se esforçado bastante, porque a pergunta que fiz era no cenário econômico paranaense. A nossa receita já tinha sido expressiva durante 2011, 2012, 2013, crescemos bem acima da inflação, muito acima da inflação, foi o Estado do Brasil que mais arrecadou proporcionalmente, fomos campeões no Brasil. Portanto, a pergunta era essa, quer dizer, por que aumentaram as receitas se o nosso Estado já estava crescendo acima do que os demais Estados da Federação? E a outra pergunta - que ouvi as entrevistas de V. Exa. nos meios de comunicação, V. Exa. dizendo que a situação estava difícil e tal - os Secretários que antecederam V. Exa. na Secretaria não agiram da melhor maneira possível, deixaram de fazer alguma coisa ou fizeram coisas que não deveriam ter sido feitas? Essa pergunta textual que estou fazendo. E a outra pergunta, Sr. Secretário, observando a disponibilidade de caixa do exercício de 2014 encerrou negativo de 580 milhões; em 2013, 2 bilhões e 500 milhões o saldo negativo. Portanto, houve uma melhoria incrível na situação financeira do Estado do Paraná. Mesmo assim, ainda é necessário *cutar na carne* dos funcionários, do povo do nosso Estado?

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** É necessário ajustar as despesas à realidade em relação à expectativa de receita do Estado. Você não pode ter um Estado gastando mais do que efetivamente arrecada. A situação que estávamos vivendo, vocês podem observar que o Estado estava gastando mais do que estava arrecadando. Então, é importante que você ajuste as despesas à nova realidade do Estado, não é possível que você gaste mais. Isso vale para um Estado, isso vale para uma empresa e vale para as pessoas. Ninguém pode gastar mais do que tem possibilidades de cumprir com os seus compromissos, de pagar os seus

compromissos. Por isso que ajustamos o orçamento de 2015, reestimamos a receita em face dessa nova realidade econômico-financeira por que passa o país e estamos, também, ajustando as despesas com o contingenciamento que foi feito de tal forma que a despesa seja adequada à receita. Qual o problema em relação à despesa? O problema em relação à despesa é basicamente um comprometimento enorme da despesa de pessoal em relação à receita tributária. Então, qual é o movimento que estamos fazendo? Logicamente, estamos fazendo um incremento da receita tributária para essa relação diminuir e estamos discutindo a questão previdenciária que, a partir de 2012, comprometeu significativamente as despesas de pessoal do Governo Estadual. Não queria falar sobre erros do passado, até por que estamos aqui para resolver o presente e o futuro e não para tratar em relação ao passado. Não queria fazer comentários em relação a procedimentos dos meus antecessores. Eles fizeram aquilo que achavam que deveriam fazer no momento adequado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Anuncio o terceiro orador inscrito, Deputado Requião Filho. (Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Sr. Secretário, espero que tenha gostado de conhecer a nossa Assembleia. Vindo de tão longe para o Paraná, passando por Manaus, veio com a missão, como disse o Deputado Tadeu, de aumentar a arrecadação do Estado. Foi apresentado esta semana com o aumento da Copel de 36% na luz, que trará acréscimo de mais ou menos R\$900 milhões/ano no ICMS. Posso estar enganado, isso é o que nos passa a nossa assessoria. Então, o aumento de arrecadação tem sido real, pelo menos na explicação. O senhor tem um histórico técnico, e assim se apresenta, como técnico. Diz que estamos para discutir o futuro e não o que foi feito. Disse em várias entrevistas quando assumiu no Paraná, que gastou-se mal, gastou-se mais do que deveria, e isso quebrou o Estado. Hoje traz ao passado, querendo atribuir a este ou aquele Governador, uma dívida de 4 bilhões, sendo que a dívida histórica vem de Governos anteriores, com a venda do Banestado. Então, apenas corrigindo este fato político da sua apresentação técnica, vou às minhas perguntas. A folha do Estado subiu muito, aumentou-se o gasto com comissionados, todos sabemos, disse que se aumentou o gasto com policiais e professores. Ora, os policiais estão há dois anos, Secretário - não sei se está ciente disso - sem receber as suas promoções, os oficiais que dão aula, Secretário, estão sem receber as aulas que prestaram... (Manifestações nas galerias.) ...Isso sem contar as demais categorias. Com o aumento de arrecadação, gostaria de saber se é possível, sem estourar a Lei de Responsabilidade Fiscal, de corrigir esse erro e pagar aquilo que é devido aos funcionários públicos, as férias, as diárias que não estão sendo pagas, temos esse déficit com os nossos funcionários, subindo a arrecadação será possível corrigir esse erro? É uma das perguntas. Outra pergunta é que, segundo o seu relatório resumido, a execução orçamentária, os gastos com pessoal evoluíram da seguinte forma: 2010, 10,8 bi; 2011, 12,7; 2012, 14,4; 2013, 13,2 e 2014 subimos para 21,4 bilhões. O senhor usou aqui também a Previdência de 2012. Todos os que estão na Oposição, ou pelo menos que leram os jornais à época, sabem que foi uma decisão política para se livrar de uma pendência com o Tesouro Nacional, tomada pela equipe do Sr. Governador que gerou esse enorme elefante na sala que tem hoje a Secretaria. Foi uma decisão política, não foi uma decisão técnica. Então, se o senhor não gosta de dizer que erraram os seus antecessores, eu lhe afirmo aqui, erraram os seus antecessores para conseguir politicamente um benefício. (Manifestações nas galerias.) Outra pergunta, que acho que está, para todos nós aqui, por a maioria aqui ser leigo no assunto, cada jornal traz a nós uma dívida imediata dos fornecedores: 1,6; 1,7; 1,9; 1,3. Qual é a real dívida que temos a curto prazo com esses fornecedores? Há previsão de pagamento? E se há previsão de pagamento, se vamos corrigir esse pagamento e qual será o índice usado para tanto? Obrigado. (Manifestações nas galerias.)

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Bem, logicamente havendo a disponibilidade de caixa, a prioridade é o pagamento dos servidores. É isso que temos feito, é essa a determinação do Governador, e é isso que estamos fazendo. Fizemos em janeiro, fizemos em fevereiro e também vamos fazer em março. A prioridade é o pagamento dos servidores, seja o salário normal ou mesmo eventuais outros compromissos, como terço de férias. Sabemos da responsabilidade que o Estado tem em relação ao pagamento desses servidores, e diria que hoje a prioridade do Estado é o pagamento dos servidores. E é isso que estamos fazendo, dentro, logicamente, das possibilidades. Ampliando a receita, a prioridade continuará sendo o pagamento dos servidores. Podem observar, ao longo desses quatro anos do Governo Beto Richa, tivemos um crescimento na folha de R\$8 bilhões. Pagava-se R\$10 bilhões na folha de pessoal e encargos e hoje estamos com a folha de R\$18 bilhões. Demonstra, logicamente, a prioridade que este Governo tem dado em relação aos servidores. E não podemos esquecer que várias categorias funcionais tiveram crescimento significativo. Uma delas é exatamente os professores. Grande parte deles estão aqui nas galerias, que tiveram um crescimento na ordem de 60%. (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Peço silêncio. Por favor, vou encerrar a Sessão. Por favor, se continuarem as galerias a provocar o Secretário... (Manifestações nas galerias.) Estão provocando, sim. O Secretário tem a liberdade de expor o que bem entende, como os Deputados também têm a liberdade de fazer questionamento. Portanto, se houver manifestação, vou encerrar a Sessão.

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Então, várias categorias, conforme falei, tiveram crescimento significativo. Senão, não havia possibilidade, logicamente, de você ampliar de 10 para R\$18 bilhões o gasto com pagamento de servidores ativos, inativos e pensionistas. Isso ocorreu porque ampliou a quantidade de funcionários e ampliou também a remuneração desses funcionários em relação ao que recebiam em 2010, com um crescimento real da folha de pagamento. No que se refere à questão previdenciária, é importante que discutamos uma forma de resolver essa questão previdenciária. Hoje é impossível que o Estado banque com recursos do Tesouro R\$4 bilhões e 100 milhões, isso em 2014. Fora o que vai ocorrer em 2015. Se mantivermos a situação na forma como está hoje, não haverá mais dinheiro para se fazer nada. Vamos transformar o nosso Governador em um gerente da área de recursos humanos - sem querer menosprezar essa função, tão importante, de gerente de recursos humanos. O recurso humano é meio, não é fim. Recurso humano é o meio para que o Estado possa exercer efetivamente as suas funções constitucionais. Então, é importante que ajustemos essa despesa à realidade. Por isso que estamos implantando ações para incremento de receitas que foram aprovadas por esta Assembleia e outras ações para redução de despesa, de tal maneira que possamos fazer mais para a população do Estado do Paraná.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Três minutos para réplica, Deputado Requião.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** A diferença da execução orçamentária de 2013 para 2014, acho que não entramos neste tema, nem a real dívida com os atuais fornecedores, qual seria de curto prazo. Mas volto a reforçar que o aumento tem sido feito. E, contrapondo seu discurso, Secretário, o Sr. Governador disse que as suas decisões de fazer obras, gastou uma obra de 100 milhões que ele disse que foi no peito, houve depois um acréscimo de 47% ou 54%, dependendo da fonte, na obra. E, como o senhor é novo aqui, de 2012 o gasto com funcionários comissionados e gratificações no Paraná com a derrota do candidato à Prefeitura, do Sr. Governador, da capital, o número de funcionários e o gasto de funcionários comissionados praticamente triplicou ou quadruplicou, não necessariamente o número de funcionários, mas o gasto com essa categoria. Não seria melhor cortarmos o gasto nos comissionados e pagarmos os atrasados aos professores e aos policiais? (Manifestações nas galerias.)

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Temos no Estado pouco mais de 300 mil servidores ativos, inativos e pensionistas. Temos no Estado algo em torno de 2 mil 500 a 3 mil cargos comissionados. É extremamente pequeno em relação à quantidade, mesmo que você eliminasse todos os cargos comissionados, o Estado não tivesse qualquer cargo comissionado e grande parte desses cargos comissionados é ocupada pelos próprios servidores. Então, em torno de 70% dos cargos comissionados são ocupados por servidores. Eliminar os cargos comissionados também seria eliminar a remuneração adicional que se dá ao servidor, para assumir responsabilidades gerenciais. Fazendo isso, você não conseguiria jamais resolver essa questão, hoje, que o Estado enfrenta. Com relação à questão dos gastos do Estado, é importante que tenhamos presente nestes quatro anos, conforme falei anteriormente, o Estado dispendeu 8 bilhões a mais com os servidores, dispendeu R\$5 bilhões e 600 milhões com o pagamento do serviço da dívida, incluindo juros, encargos e amortização e recebeu apenas 1 bilhão e 100 de novas operações de créditos, estamos falando de 4 bilhões e meio, se empatássemos, teríamos 4 bilhões e meio a mais para receber em termos de operação de crédito, ou seja, o Estado diminuiu, houve um déficit em relação ao fluxo de pagamento da dívida, em relação ao recebimento de novos recursos, da ordem de quatro bilhões e meio. Se somarmos a isso os gastos relativos à Previdência, de 2013 a 2014, verificamos que a situação do Estado é por conta disso, não é por conta do aumento salarial que foi dado aos professores, aos militares e a contratação de novos professores, de novos militares, mas sim por conta desta questão previdenciária e desse déficit de fluxo entre o pagamento de dívida e o ingresso de recursos provenientes de operações de crédito. No que se refere à dívida do Estado está contabilizado, está demonstrado nos relatórios que foram publicados na segunda-feira, é da ordem de 1 bilhão e 300 as dívidas hoje reconhecidas, ou seja, os serviços prestados e reconhecidos pelo Estado no exercício de 2014.

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** (Microfone sem som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Som para o...

**DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PMDB):** Vou deixar por escrito um questionamento sobre os precatórios, o pagamento de precatórios ao Tribunal, porque é uma questão extremamente técnica e não seria aqui a resposta.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Pois não, pode deixar por escrito.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Ok, Deputado Requião. Agora, com a palavra o Deputado Ney Leprevost, por cinco minutos.

**DEPUTADO NEY LEPREVOST (PSD):** Sr. Secretário, Sr. Presidente. Se o Sr. Secretário aceitar, Presidente, preferiria fazer os meus cinco minutos unidos com os dele, dez minutos corridos, como um pingue-pongue. Acho que fica mais didático, para quem está ouvindo. Pode ser? O senhor concorda, Sr. Secretário? Pode ser?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** De minha parte não há nenhum problema. Temos regimentalmente uma regra, se eu abrir um precedente, vou permitir que todos os demais Deputados também tenham essa condição. Então, acho melhor, Deputado Ney, até para mantermos...

**DEPUTADO NEY LEPREVOST (PSD):** Vamos, então, respeitar o Regimento. Sr. Secretário, entre dezembro de 2010 e abril de 2014, o Paraná foi o Estado da Federação com o maior aumento de receita corrente líquida no país. Ainda assim o senhor afirmou em entrevista à *Folha de São Paulo*, que, abre aspas: "Hoje, nós não temos recursos para nada. Nós estamos contando os centavos para fazer o pagamento da folha. A situação é grave." Fecha aspas. Se as contas não eram preocupantes em 2010, Sr. Secretário, quando o Governador assumiu pela primeira vez, por que agora o Estado que arrecada mais está com as contas no vermelho? De quem é a culpa, quem é o responsável por isto? Quem cometeu erros na administração? Essa seria a minha primeira pergunta. A segunda pergunta, Sr. Presidente, dentro deste pequeno tempo que me cabe: segundo a apresentação entregue pelo senhor, em apenas dois anos o Estado aumentou em mais 5 bilhões a arrecadação em tributos, onerando empresários, produtores e a população de modo geral, que está cansada de tantos impostos neste país. Ainda assim, mesmo com esta Casa tendo aprovado no final do ano passado, aumento do ICMS e IPVA, precisamos que este *pacotão* com medidas referentes à Parana Previdência, que tem um dinheiro que é sagrado dos aposentados do Paraná, venha a ser aprovado para salvar as finanças públicas do Paraná? E mais: partindo do pressuposto de que a Assembleia Legislativa não permita que esses 8 bilhões da Parana Previdência possam ir para o Fundo Financeiro, como o Governo vai agir, qual é o plano B, da Secretaria da Fazenda, do Governo do Estado? Existe outra solução, existe alternativa? Até porque, mesmo que esta Casa, Deputado Nereu, permita que esses 8 bilhões vão para o Fundo Financeiro - o que acredito que não deva ocorrer, existe uma possibilidade grande de ações judiciais, inclusive ADINs, para derrubar esta eventual medida. E uma penúltima pergunta, Sr. Secretário: o Estado aumenta a receita de 33 bilhões em 2013 para 39 bilhões em 2014, 6 bilhões de saldo positivo. Contudo, os gastos saltaram de 30 bilhões, para praticamente 40 bilhões no mesmo período. Houve falta de planejamento, ocorreu má gestão? E, para concluir, uma última pergunta: em seu gráfico o senhor informa que as despesas em saúde no ano de 2014, foram de 2 bilhões e 781 milhões, portanto, pela primeira vez, o Estado do Paraná teria cumprido o dever constitucional de aplicar 12% da sua receita líquida em saúde. No entanto, como fica a situação da saúde e da educação dos paranaenses no ano de 2015? Vai ter dinheiro em caixa para cumprir os compromissos básicos e garantir qualidade de saúde e educação para as camadas menos favorecidas da população paranaense, Sr. Secretário?

(Manifestações nas galerias.)

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** É para isso que estamos trabalhando. O ajuste fiscal proposto pelo Governo, com as medidas que foram aprovadas no ano passado e essas que serão apreciadas ainda por esta Casa no exercício de 2015, propiciarão que o Estado ajuste as suas despesas à nova realidade econômico-financeira do Estado. Logicamente que o Estado, no passado, eu diria que foi muito otimista em relação à estimativa de receitas que efetivamente não se concretizaram, conforme expus aqui, relativos aos exercícios de 2012 e 2013. As receitas do Estado cresceram, claro que cresceram, estão demonstrados aqui, de 2010 para 2014, houve crescimentos expressivos da receita. O problema não está na receita, o problema hoje está na despesa. As despesas em especial com pagamento de serviços da dívida, vis-à-vis que estamos recebendo de novas operações de crédito, o déficit só no exercício de 4 bilhões e meio, e mais a questão dos inativos e pensionistas que consomem, passaram a consumir a partir de 2014, 4 bilhões e 100 e esse ano em torno de R\$4 bilhões e meio. Então, esses recursos são... O problema todo não está na receita, está na despesa. Por que temos que fazer ações também na receita? Para diminuir essa relação, porque senão toda a despesa de pessoal será maior do que a receita hoje existente. Reestimamos, por exemplo, o orçamento deste ano, as receitas deste ano para algo em torno de R\$18 bilhões, que é a nova receita estimada para o exercício de 2015, já descontado o Fundo de Participação, o Fundeb, etc., você tem R\$18 bilhões - desculpa, R\$19 bilhões. Você tem hoje uma folha de pessoal com os encargos previstos para esse exercício que montem aproximadamente R\$17,4 bilhões. Isso significa consumir 91% das receitas tributárias disponíveis do Estado. Então, por isso que é importante ações para o incremento da receita, para diminuir hoje essa relação e outras ações para redução de despesas, de tal maneira que o Estado possa exercer as suas funções constitucionais e não apenas ficar com os recursos para pagamento de pessoal e encargos sociais, pessoal, e encargos sociais é meio, não é fim, o Estado não vive para pagar pessoal, ele tem um pessoal para exercer as funções finalísticas de segurança pública, de saúde e de educação. E nesses setores, nesses quatro anos, vocês podem observar que houve crescimento significativo. Em 2014, por exemplo, gastou-se R\$4 bilhões somente na área de saúde, um crescimento de quase 60% em relação ao que se gastou no exercício de 2010. Em educação, o valor chegou a R\$8 bilhões e 300 milhões, foi quanto se gastou em educação no exercício de 2014. Em segurança pública, R\$2 bilhões e meio. O que demonstra a prioridade dos Estados, do Estado, nessas funções básicas importantes de sua responsabilidade. Ocorre que não pode fazer mais por conta desse compromisso que hoje temos, do comprometimento que temos da folha em relação à receita tributária líquida do Estado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Deputado Ney, por três minutos.

**DEPUTADO NEY LEPREVOST (PSD):** Alguns números da apresentação divergem dos números dos documentos que foram entregues a nós, mas parece-me que foi feito uma correção pela assessoria da Casa. Sr. Secretário, apenas algumas outras perguntas rápidas, uma pergunta que não quer calar: a folha de pagamento dos servidores públicos dos meses de março e de abril está garantida, ou o senhor, estes próximos meses terá novamente que contar centavos, como declarou recentemente na imprensa no mês de fevereiro, para poder pagá-la? (Manifestações nas galerias.)

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Continuamos contando os centavos. Só estará garantida no momento que tivermos recursos em caixa para efetuar o pagamento. Ainda não temos recursos em caixa suficiente para pagamento da folha de março. Estamos trabalhando no sentido de arrecadar os recursos necessários para cumprir o compromisso. Foi isso que fizemos no mês de janeiro, que deu certo, fizemos no mês de fevereiro e também deu certo e faremos no mês de março que dará também certo, os recursos para pagamento dos servidores. E há, inclusive, o compromisso por parte do Estado, de pagamento, não só da folha de pessoal no mês de março, mas também relativo a 1/3 de férias do pessoal da área de ensino, não só do ensino básico, mas também do ensino universitário, de tal maneira que possamos cumprir esse compromisso que monta em aproximadamente R\$110 milhões, que acresceremos de despesa do mês de março, de tal forma possamos honrar esse compromisso assumido pelo Estado junto com os professores do ensino básico e do ensino universitário.

**DEPUTADO NEY LEPREVOST (PSD):** Sr. Presidente, agradeço as respostas e apenas faço uma última pergunta: tem mais alguma medida de grande impacto no Estado do Paraná que o senhor, por motivos políticos ou por ainda estar em processo de preparação, de estudo, de aprimoramento, pretende apresentar? Existem novas medidas polêmicas, novas medidas, entre aspas, impopulares... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Deputado Ney, obrigado-me a cortar a sua fala por que o senhor já usou do direito de réplica. Já usou o direito de réplica e o Secretário também respondeu. Posteriormente V. Exa. pode fazer a pergunta ao Secretário. Com a palavra, o Deputado Pauliki.

**DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT):** Sr. Secretário, Sr. Presidente. Prazer também conhecê-lo, Sr. Secretário. Antes de fazer o questionamento e apenas uma pergunta, quem sabe na réplica eu possa fazer mais uma. Analisei com muito critério a sua apresentação, também ontem e hoje, aqui. E uma questão apenas, não é um questionamento, mas uma afirmação, venho do setor privado e quando vi que o Governo, um Governo seja ele... Isso é uma questão estadual, é do país. Ele pode ficar devendo até duas receitas do ano. Fico pensando em uma empresa, se ela ficar devendo meio faturamento do ano, já é considerada falimentar. Então, muitas vezes o sinal vermelho do Estado acaba se apresentando no momento onde não existe mais uma volta que não seja ajustes fiscais. E ajustes fiscais realmente polêmicos e que acabam mexendo com o bolso do contribuinte, do consumidor, enfim do cidadão. Mas a pergunta específica, Sr. Secretário é o seguinte: as políticas de ajuste fiscal nós entendemos aqui, Deputados, que são necessárias, claro! Inclusive, meu ponto de vista, que ajustes fiscais, o ideal é que sejam realizados geralmente no primeiro ano de um Governo, onde os nossos representantes, não falo somente do Estado: Governador, Presidente. Tem, no seu primeiro ano, um crédito político maior para poder colocar ajustes fiscais que sejam realmente mais difíceis. Agora, mesmo assim as políticas estão sendo colocadas agora, mas elas precisam ser acompanhadas de uma agenda que promova competitividade, emprego, renda. Então, a minha pergunta é específica: para compensar esses ajustes fiscais, como o aumento de alíquota do ICMS em mais de 85 mil produtos que teremos a partir de abril ou maio. As questões do IPVA. Até aquelas que são federais que acabam inserindo aqui, como agora tirar

a desoneração da folha, por exemplo, de pagamento. Pergunto diferente, talvez até o senhor possa complementar o que o companheiro Ney Leprevost perguntou: se existem alguns outros ajustes fiscais a serem colocados? Mas mais do que isso: existem algumas ações programadas em sua Secretaria, em consequência no Governo, para incentivar a economia? Quais são os seus projetos para que a economia melhore, motive emprego, renda? Porque realmente já tivemos há 15 anos um grande problema no país e estamos começando a achar que esse problema está voltando, onde houve um desemprego muito grande, as pessoas vieram para a inadimplência, empresas quebraram, e se criou um círculo vicioso, houve mais desemprego, menos arrecadação de imposto. Então lhe pergunto: além das medidas austeras, se haverá mais, se nós, paranaenses, temos que nos preparar para o pior? Mas para compensar, quais são as medidas que o Governo está pensando em incentivar o emprego e a renda, que é um assunto tão importante, e que é perene, a partir desse ano?

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Primeiramente, queria saudar o Deputado Pauliki e dizer que além das medidas que foram apresentadas a esta Casa, não tenho outras medidas a serem enviadas, além daquelas que foram apresentadas, foram retiradas e serão, logicamente, ajustadas e reenviadas a esta Casa, tendo uma tramitação normal no âmbito desta Casa, conforme determina a ação dos Parlamentares presentes. No que se refere a desenvolvimento do Estado, agora, inclusive, estamos discutindo com a Paraná de Desenvolvimento, exatamente uma estratégia de atração de investimento, que saíamos de uma posição passiva e entremos em uma posição ativa, identificando aquilo que é viável economicamente de ser produzido aqui e fazendo ações no sentido de melhorar a competitividade de quem está já produzindo aqui e atrair novos empreendimentos para o Estado do Paraná. Levantamos a balança comercial do Estado, ou seja, todas as vendas que foram feitas de produtos para outras unidades da Federação, todas as aquisições que o Estado do Paraná faz de produtos de outras unidades da Federação - para você ter uma ideia, estamos falando de algo em torno de R\$180 bilhões, que o Estado do Paraná adquire de produtos de outras unidades da Federação para nós, junto com a Parana Previdência e junto com a Secretaria do Planejamento, podemos ali identificar, produto a produto que, de fato, é viável de ser produzido aqui e estabelecer uma estratégia de atração de empresas ou se as empresas já estiverem aqui, de aumento de produção, de tal forma que possam atender ao mercado paranaense e também atender ao mercado exterior e a outras unidades da Federação. Esse trabalho já começou, já levantamos essa balança comercial, produto a produto, e já identificamos toda a classificação desses produtos e agora estamos fazendo uma curva A, B, C, para identificar o que é mais representativo e verificarmos a viabilidade econômica de passarmos a produzir, ao invés de comprar de outra unidade da Federação, usando os incentivos que atualmente existem no Estado, que são extremamente importantes: do *Paraná Competitivo*, no que se refere a diferimento de ICMS. E, eventualmente, contando também com os incentivos dos Municípios em relação à doação de terrenos, ou mesmo a isenção ou redução em relação ao IPTU, ISS, para que possamos, em uma ação conjunta, atrair investimentos importantes para o Estado do Paraná, e quem sabe, não sermos tão afetados pela crise nacional que estamos atualmente passando.

**DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT):** Som, som.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Som para o orador.

**DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT):** Sr. Secretário, queria apenas dizer que nós, até hoje, realizamos a primeira reunião da Comissão da Indústria e Comércio, vamos tratar sobre o *Paraná Competitivo* para que ele seja ampliado para todos os segmentos, todos que geram emprego, renda, impostos e que sejam priorizadas, realmente, as empresas do nosso Estado do Paraná, sem esquecer daquelas que precisamos atrair para cá. Mas, um dos assuntos que vamos tratar também, que já veio a mensagem do Governo e que vai passar pela nossa Comissão, é o *Nota Fiscal Paranaense*. Isso é uma proposta que veio, por exemplo, do *Nota Fiscal Paulista*, existem algumas outras alterações, e que vamos propor ao Governo algumas emendas, alguns projetos diferenciados, dúvidas que temos em relação a empresas com substituição tributária, se elas podem oferecer o programa de crédito para os seus clientes. Mas, acima de tudo, queríamos que o *Nota Fiscal Paranaense*, essa proposta faremos aos senhores, é que ele não seja apenas um processo de cidadania fiscal, ou então de aumento de receitas, e principalmente combate à sonegação, mas que também tenha nele incentivos fiscais, benefícios fiscais aos consumidores, não apenas, talvez, alastrando até um crédito que apenas se dá para pessoas que compram em empresas que não são de substituição tributária, ou até algo que é polêmico, mas que vamos tratar, por que não os consumidores também terem créditos sobre o ICMS dos serviços públicos, que é o caso da luz, água, até para poder compensar um pouco esse aumento que tivemos? Queria apenas comentar sobre a questão do *Nota Fiscal Paranaense*. E uma última pergunta: estive hoje na Secretaria da Administração, e o que mais as pessoas nos perguntam, principalmente os servidores, é em relação ao SAS. Queria lhe perguntar, muitos hospitais estão deixando de atender, justamente por falta de repasses do Governo. Parece-me que existe um pagamento atrasado em novembro, dezembro, o que está para ser pago, mas já estamos chegando ao mês de março, e o Governo precisa fazer esse repasse para que o atendimento volte novamente para os servidores de forma normalizada. Então, lhe pergunto em relação ao repasse de investimentos para o SAS, que é um plano de saúde, um sistema de saúde, tão importante para os servidores, como é que está no seu processo esse pagamento? (Manifestações nas galerias.)

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Com relação ao projeto que está sendo apreciado por esta Casa, relativo ao *Nota Fiscal Paranaense*, acho que é algo extremamente importante. O projeto que alcança ou que consegue concretizar, que muitos prometem e não fazem, que é exatamente a ampliação da base de tributação no combate à sonegação e inadimplência, este resultado gerado será repartido com o cidadão. E com isso, você terá o quê? Uma redução da carga tributária individual, no momento em que este cidadão consumidor estará recebendo de volta 30% do imposto pago pelo estabelecimento comercial e ainda tendo a oportunidade de participar de sorteios em dinheiro, o que certamente lhe propiciará ganhos expressivos. É um projeto que foi implantado na Prefeitura de São Paulo, foi implantado no Governo do Estado de São Paulo, foi implantado em Alagoas, foi implantado em outras unidades da Federação, e é um projeto de sucesso, que ampliou a arrecadação dos setores varejistas, na ordem de 17% em média. Tem setores que houve crescimento de mais de 34%. No que se refere ao sistema de saúde, estamos no mês de janeiro e honramos o pagamento, estamos falando do pagamento de R\$13 milhões por mês, que é o quanto custa, hoje, o

sistema de saúde do servidor, desembolsamos em janeiro R\$13 bilhões, em fevereiro também e em março também desembolsaremos R\$13 milhões. Já está no fluxo de caixa, de tal maneira que possamos manter e não manter os atrasos que existem em relação ao sistema de saúde do servidor. Haverá, sempre, um mês em atraso. Então, em janeiro pagamos outubro; em fevereiro pagamos novembro e assim por diante, de maneira que tenhamos no mínimo um mês de atraso e, com crescimento da receita possamos, logicamente, colocar isso em dia. Porque nossa prioridade, hoje, é pagar o servidor.

**DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT):** Obrigado, Sr. Secretário.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Com a palavra o Deputado Professor Lemos. (Manifestações nas galerias.)

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Quero cumprimentar o Secretário e sua equipe, cumprimentar os servidores e servidoras, professores e professoras, que hoje realizaram a maior assembleia, com mais de 25 mil, no Estádio do Paraná Clube e vieram em caminhada até o Centro Cívico. Provocadas, estas mobilizações, evidentemente, por medidas que o Governo tomou, especialmente medidas orientadas pela Secretaria da Fazenda, segundo a imprensa noticiou. Estas medidas foram muito duras, quase aprovadas aqui na Assembleia. Medidas duras. Quando olhamos os números, Secretário, olhamos os números do exercício de 2014, que fechou com 46,76% de gasto com pessoal do Poder Executivo, praticamente no limite de prudência, abaixo dos 49, olhando para o primeiro quadrimestre de 2015, sabendo que em abril teremos um incremento de receita, ICMS maior em vários produtos, IPVA 40% maior, sabemos que o 1º quadrimestre de 2015, certamente vai fechar abaixo do limite de prudência, porque razão o Governo atacou justamente nos servidores, para fazer baixar esta folha, que já está baixando com o crescimento da receita? O 2º quadrimestre deve ser melhor que o 1º quadrimestre de 2015. O 3º quadrimestre certamente fechará 2015 bem melhor do que fechou 2014. Inclusive, eu gostaria que o Secretário falasse qual é a estimativa de acréscimo de receita com o pacote aprovado na Assembleia em dezembro e com medidas que serão aprovadas - já tem projeto aqui na Assembleia para, a partir do mês que vem, pelos dados do Governo, percebemos que pode crescer, só com o pacote já aprovado, perto de 4,2 bilhões a mais na receita por ano e ainda temos ICMS vincendo, tem 2,5 bilhões que podem ser chamados para já, para o exercício de 2015, por exemplo, e o *Nota Fiscal Paranaense* certamente vai trazer também um incremento. Ora, isto fará com que a receita de 2015 permita investir mais em educação, mais em saúde, mais inclusive no servidor público, permite pagar ao servidor aquilo que a lei determina e que tem que ser pago. O piso, por exemplo, dos professores a partir de janeiro é R\$1 mil, 917 reais e 78 centavos. O Governo deve 10% aos professores do Paraná desde janeiro. Isso tem que estar na conta do Governo e sabemos que é possível de ser implementado. E maio, a data base, é preciso repor a inflação medida pelo IPCA, que deve dar entre 6 e 7% - isto não é aumento, evidentemente, isto é repor o poder de compra. Então, gostaria de perguntar ao Secretário qual é a estimativa de crescimento da receita com as medidas que já foram tomadas e com as medidas que estão para ser aprovadas na Assembleia e se será respeitada a data base dos servidores em maio? E o piso dos professores, que é lei federal, se já... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Encerraram os seus cinco minutos para questionamento, Deputado Lemos. Agora as respostas do Secretário.

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Bom, primeiramente queria saudar o Deputado Professor Lemos. Olha, se fosse possível apenas com os projetos que já foram aprovados, não enviaríamos novos projetos à Assembleia, de tal maneira que pudéssemos promover o ajuste fiscal. O ajuste fiscal está sendo feito por conta de que as despesas não cabem hoje dentro das receitas reestimadas pelo Estado. As medidas que foram aprovadas no ano passado, gerarão em torno de R\$1 bilhão e 200 milhões, que já estão previstos dentro desses 19 bilhões que estamos prevendo de arrecadação no exercício de 2015. A receita esperada em relação ao *Nota Paranaense* é de algo em torno de R\$160 milhões e com relação ao Cadin, que é o outro projeto que está aqui, algo em torno de R\$100 milhões, estamos falando de mais R\$260 milhões. Mas, não podemos nos esquecer que existem vinculações a essas receitas, não podemos imaginar que esse R\$1 bilhão entra direto no caixa do Estado. Primeiro que não entra. Por quê? Porque 20% vão direto para o Fundeb, 25% vão para os Municípios, 12% vão para a educação, 34%, que é quanto o Estado gastou no exercício de 2014, irá para a saúde, lembrando que... Desculpa, para a educação - 34% da sua receita está sendo destinado à educação - lembrando bem que o mínimo constitucional estabelecido é 25, a Constituição Estadual estabelece um piso de 30 e o Estado está gastando 34,28% em educação, o que demonstra a prioridade deste Governo na educação. Prioridade em relação aos números, basta olhar o balanço do Estado e verificar onde o Estado de fato está aplicando recursos. É a área que o Estado mais gasta, pode olhar ali, são R\$8,7 bilhões que são aplicados na área de educação. Queremos aplicar mais, mas para aplicar mais é importante que apliquemos menos em outras áreas, de tal maneira que sobre mais recursos para aplicar cada vez mais na área da educação, mas basta olhar os gastos por função e verificar claramente qual é a prioridade que o Estado tem dado na área de educação e de saúde. Se o Estado vai cumprir a data-base? É claro que vai. Está estabelecido na própria Constituição a necessidade de ter uma data-base e que o Estado encaminhe o projeto de lei relativo à data-base. Qual é o percentual? Não sei. Estamos ainda no mês de março, não se discutiu nada a isso, em relação ao que ocorrerá no mês de maio. Eu diria que é extremamente importante que promovamos esse ajuste fiscal para que tenhamos oportunidades de fazer mais pelas pessoas aqui no Estado do Paraná. (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Olha, por favor, o ar-condicionado está instalado e temos dificuldades técnicas de instalar o ar-condicionado de cima, e é por isso que não existe. (Manifestações nas galerias.) Ah, entendi. Entendi. Então, desculpa a minha resposta. Tudo bem. A questão de ar-condicionado na escola temos que tomar as providências com a Sude, antiga Fundepar. Deputado Lemos com direito à réplica.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Secretário, pela estimativa do próprio Governo, pelos dados apresentados no orçamento, haverá o crescimento de receita. Com as despesas que olhamos ano a ano, pela evolução, se for aplicado tão somente a reposição na data-base, se for aplicado tão somente o piso para os professores, evidentemente que ao final do ano nós teremos uma queda no gasto com pessoal em percentual. Então, por isso não se aceita medidas tão duras quanto essas que foram apresentadas aos servidores do Paraná. Os servidores não podem, evidentemente, arcar com esta conta. Com relação à educação, pela estimativa

que nós temos, com base nos dados oficiais, se o Governo não investir mais em educação, se ele for fazer os ajustes que quer fazer na educação, vai fechar o ano investindo em torno de 23,6% em educação, se não considerará a receita nova que vai entrar com os ajustes que foram feitos com o pacote de dezembro e com os ajustes que estão sendo feitos com os pacotes de acréscimo de receita. Então, tem que tomar cuidado, senão vai chegar em dezembro não fechando os 30% vai ter que fechar, e aí pode comprar objetos que as escolas não precisam e não desejam para fechar a conta. Então, por isso é muito importante que o Governo tome cuidado e discutir desde já a aplicação desses recursos, fazendo as estimativas, sem permitir que o final do ano tenha que se fazer investimentos equivocados para fechar o percentual mínimo que a Constituição determina. Também quero lembrar com relação à Previdência, que aquele ajuste que foi feito em 2012 foi por conta de uma dívida que o Governo tinha com a Paranaprevidência. Cobrava do servidor, não repassava integralmente e a parte dele também não repassava, e aí para zerar aquela dívida que era mais de 7 bilhões, propôs que o Tesouro assumisse parte significativa dos servidores. Saiu de 18 mil para 80 mil servidores. Agora, se ele quer desfazer aquela lei que ele mesmo fez aprovar, contra o nosso voto aqui na Assembleia, ele precisa lembrar que ele deve, precisa pagar o que deve para o fundo. Se o Governo cumprir com a sua obrigação, não precisa mexer... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Qual é a resposta, Secretário Mauro?

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Bem, conforme já expus, as prioridades do Governo estão na área da saúde, educação, de segurança, é onde o Governo tem concentrado a aplicação dos seus recursos. Temos um problema em relação à despesa, já falei anteriormente, no que se refere à dívida, no que se refere aos gastos com inativos e pensionistas, que temos que sentar e discutir, e ver qual a melhor forma de construir uma proposta que logicamente atenda os interesses da maioria. Quando digo a maioria, a maioria da população. Não é possível que o Estado continue gastando o que está gastando hoje. Quero dizer que os números informados pelo senhor não correspondem aos números estimados pela Secretaria da Fazenda, no que se refere ao comportamento da receita e da despesa, podemos sentar, e por favor, o senhor traga os números, vamos discutir os números, porque infelizmente os valores que estão hoje no Orçamento Geral do Estado são impossíveis de serem alcançados em face da realidade econômica financeira porque passa o País. Aquelas receitas que foram estimadas com crescimento de PIB de 5% em 2014, com outro crescimento de PIB de 5% em 2015, que não ocorreu, são impossíveis de serem concretizadas nesse exercício. Lembrando bem que fizemos o orçamento em junho de 2014, com base no que estava ocorrendo em junho de 2014. Essa estimativa de receita que está consignado na lei de orçamento não se concretizará, mesmo com as medidas que foram adotadas no ano passado e que terão impacto este ano. No que se refere ao IPVA já na arrecadação de abril; no que se refere ao ICMS não será em abril, será em maio, em atividade econômica que será tributada no mês de abril gerará impacto na arrecadação apenas no mês de maio.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Com a palavra, Deputado Evandro Junior.

**DEPUTADO EVANDRO JUNIOR (PSDB):** Sr. Presidente, Secretário Mauro Ricardo Costa, os paranaenses aqui representados pelos Deputados e Deputadas Estaduais acompanham com grande preocupação a situação financeira do Estado do Paraná, admitida pelo próprio Governo como de enorme dificuldade. A questão que se impõe é muito objetiva: existe um prazo pré-determinado para regularização dessa crise financeira, ou seja, existe um prazo para que as contas do Estado voltem a ficar em dia? Essa é a minha pergunta.

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Primeiramente queria saudar o nobre Deputado Evandro Junior e dizer que o prazo depende da implantação das medidas, algumas delas dependem ainda de aprovação por parte da Assembleia, outras de serem ainda reenviadas à Assembleia, algumas com modificações significativas, em especial a da Previdência Social, onde há o compromisso de discussão com os servidores antes do envio da proposta a esta Casa. Então, depende de quando essas medidas de fato se concretizarão, para que possamos, a partir daí, estabelecer um prazo para que as contas do Estado estejam ajustadas.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Como último orador inscrito, Deputado Romanelli. (Manifestações nas galerias.) Por favor, peça silêncio.

**DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB):** Eu tinha sido inscrito também.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Deputado Romanelli, realmente acabei cometendo uma falha aqui, o Deputado Anibelli, sim, está inscrito. Então, vamos conceder ao Deputado Anibelli o direito de fazer a pergunta.

**DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB):** Sr. Secretário, Srs. e Sras. Deputadas. Escutei atentamente as perguntas e as respostas, mas confesso, Secretário, que principalmente nesta indagação do Deputado Professor Lemos, acho que não foi respondida a sua pergunta. O senhor veio para cá para corrigir o erro deste Governo. Não vamos entrar nos erros anteriores, mas o senhor veio aqui para fazer com que exista o aumento da receita e diminuição da despesa. A minha pergunta, que também acho que foi a pergunta do Professor Lemos que, talvez, o senhor tenha respondido, mas eu não consegui entender, e é por este motivo que vou fazê-la novamente: quanto que a previsão da Secretaria de Fazenda é para aumentar aquela primeira medida que foi enviada para esta Casa, o aumento de 40% do IPVA, o senhor falou dos diversos destinos que o dinheiro virá, os 50% dos 95 mil itens e a questão da taxa dos aposentados e pensionistas. Gostaria de saber também, a sua segunda medida como Secretário da Fazenda, a questão do pacote que foi enviado para esta Casa e que foi retirado, qual seria a previsão de diminuição da despesa com tudo aquilo que era previsto para ser feito, os cortes nas garantias dos servidores públicos? E a terceira medida, que foi o aumento de 36% na energia elétrica, o Deputado Requião Filho disse que aumentaria em 900 milhões por ano, eu pelos menos não escutei a sua confirmação. Então, a minha pergunta inicial: seriam esses três pacotes que irão aumentar a receita do Estado, no caso o segundo que foi retirado, mas qual seria a previsão desses cortes para os servidores?

**SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA:** Bom, primeiro queria saudar o Deputado Anibelli. O ajuste fiscal se fará por incremento de receita e redução de despesas e jamais apenas por um incremento de receita sem que haja possibilidades de fazer uma redução de despesa, naquilo que é possível fazer. Logicamente,

não só sob o aspecto técnico, mas também sob aspecto político. Nem sempre a posição técnica prevalece. Logicamente a avaliação política é que definirá qual é o tamanho do ajuste, no que se refere à despesa. Mas, em relação aos projetos que foram aprovados no ano passado, o incremento da receita, incremento bruto de receita, de R\$1 bilhão e 200 milhões, no que se refere ao IPVA e ao ICMS. Lembrando bem que com todas essas vinculações estabelecidas para cada R\$100 de ICMS que tem livre, precisa arrecadar R\$500; para cada R\$100 milhões de IPVA livre, tem que arrecadar R\$700 milhões, porque 50% da arrecadação de IPVA já vai destinada aos Municípios e tem todas as outras vinculações estabelecidas no Estado, que é maior, inclusive, do que a estabelecida em outras unidades da Federação. Educação não são 25, são 30%, está se gastando 34. Aqui no Estado do Paraná tem uma peculiaridade que é a vinculação aos Poderes, que levam em torno de 19%, 18,6% da receita do Estado destinada aos Poderes. Então, para cada R\$500 arrecadados, sobram R\$100 de ICMS; para cada R\$700 arrecadados de IPVA sobram R\$100. Este número, que aparentemente é um número significativo de R\$1 bilhão e 200, reduz de maneira significativa para algo em torno de R\$200 milhões. No que se refere aos projetos que foram enviados a esta Casa e que depois foram retirados, aquilo geraria um ajuste nas contas do Estado em algo em torno de R\$2 bilhões ao ano de redução de despesa. Em relação ao aumento da energia elétrica, vai gerar também uma arrecadação bruta do ICMS do Estado na ordem de R\$900 milhões, algo em torno de R\$899, vou arredondar: algo em torno de R\$900 milhões que vão ocorrer até o final do exercício por conta dos aumentos que ocorrerão no mês de março e no mês de junho de 2015.

**DEPUTADO ANIBELLI NETO (PMDB):** Objetivamente o senhor respondeu as minhas dúvidas. Como faço parte, Secretário, de uma Oposição construtiva nesta Casa, gostaria que o senhor talvez revisse alguns erros, que na minha avaliação foram feitos por este Governo, no mandato anterior. Como por exemplo, o aumento da participação dos sócios privados, tanto na Sanepar como na Copel. Se aqui escutamos que deve ser feito investimento em cima das empresas públicas, não dando lucro para o sócio privado e aqui foi aumentado de 25%, que é o mínimo legal, para 50%, tanto na Sanepar, como na Copel. (Manifestações nas galerias.) Além disso, entendo que seria extremamente interessante - outro dado que temos aqui quando se fala que é importante os cargos em comissão - o mandato passado aumentou em 323%, segundo os nossos dados, mas quando você fala dos cargos em comissão com vínculo, de 2010 para 2014, de 160 milhões ele baixou para 52, ou seja, diminuiu em 1/3 aqueles funcionários que têm vínculo com o Estado. Em compensação, os cargos em comissão que não têm vínculo com o Estado, aumentou de 2010 de 113 milhões para 456 milhões, quatro vezes mais. Acho que aí é uma alternativa, porque antes de ser Deputado e antes de ser da Oposição, sou um paranaense e quero um Estado melhor. Muito obrigado. (Manifestações nas galerias.)

**SECRETÁRIO MÁRIO RICARDO COSTA:** Acho que esta questão do cargo em comissão, o Estado já cortou há dois anos em torno de 1 mil cargos em comissão. Já foram cortados no ano passado, foi diminuída a quantidade de Secretarias, mas isso de fato não vai resolver. É uma pequena despesa que se reduz, mas logicamente isso não resolverá esse problema no montante de recurso necessário, para que isso de fato possa se concretizar. Então, essas medidas são medidas extremamente importantes, para que possamos retomar a capacidade de investimentos do Estado. Temos um Estado hoje que tem um orçamento de em torno de R\$50 bilhões. É impossível que um Estado com R\$50 bilhões faça um investimento de apenas 1 bilhão e meio. Por que é que não faz apenas de 1 bilhão e meio? Porque está todo o seu custeio comprometido significativamente com a máquina administrativa. Então, é importante que possamos economizar com a máquina administrativa, para fazermos mais para as pessoas com esses recursos que são arrecadados pelo Estado, que não são recursos do Secretário da Fazenda ou do Governador, são recursos da população. É obrigação e dever nosso aplicar bem esse recurso em favor da população. Então, para isso é que estamos promovendo esses ajustes fiscais, de maneira que possamos aplicar mais para as pessoas.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Para encerrar, então, Deputado Romanelli.

**DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB):** Penso que a importância dos demonstrativos, dos esclarecimentos, das perguntas que foram muito especialmente feitas pela Bancada de Oposição, foram muito esclarecedoras e penso que esta Audiência Pública foi de grande utilidade para a população paranaense, que esses números são dados oficiais, são públicos e representam a contabilidade do Estado. Creio que eu, que muito do que se divulga de forma errônea, por má-fé, por outras razões, a partir desta Audiência Pública, acho que fica evidente o tema como está sendo tratado, com muita responsabilidade no Estado, sob a liderança do Governador Beto Richa. Espero que possamos ter um debate sempre produtivo e que a Assembleia possa voltar a ter uma discussão propositiva em relação à condução do Estado, da valorização dos servidores, da retomada da capacidade de investimento. As medidas são necessárias, mas elas serão sempre todas discutidas, como discutiremos tudo em relação ao que será votado. Votaremos ainda à frente o *Nota Fiscal Paranaense*, que vai dar um grande benefício. Se de um lado aumentamos a alíquota do IPVA, quem pedir pelo CPF a nota fiscal vai poder pagar o IPVA só com o ICMS que ele vai ter de crédito na nota fiscal. Então, isso vamos detalhar nos próximos dias, são benefícios para os contribuintes e para os consumidores. E, ao mesmo tempo, parabenizar o Secretário Mauro Ricardo, pela bela exposição que fez, que fazia muito tempo - viu, Secretário Mauro Ricardo - que o Secretário da Fazenda não fazia uma exposição tão bem feita, tão bem detalhada, uma radiografia tão perfeita das finanças públicas do Paraná. (Manifestações nas galerias.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Declaro encerrada a presente Audiência Pública, libero o Secretário e agradeço a toda sua equipe da Secretaria da Fazenda que aqui esteve.

Não encerramos a Sessão, Srs. Deputados, por favor, apenas estou liberando o Secretário. Quero fazer um comunicado aos Srs. Deputados. Comunico (**Protocolo nº 830/2015**) aos Srs. Deputados a apresentação na Sessão Plenária de 2 de março de 2015, o requerimento de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, destinado à criação da Frente Parlamentar Ambiental e da Agroecologia, que *tem por objetivo organização de grupo de trabalho que atuará em prol da alimentação saudável, livre de agrotóxicos, oferecendo suportes para políticas públicas que*

beneficiem a agricultura familiar orgânica do Estado do Paraná. Portanto, os Deputados que tenham interesse em participar dessa Frente Parlamentar, por favor, indiquem os nomes para a Mesa Executiva. (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Da mesma forma, também comunico (Protocolo nº 831/2015) a apresentação de requerimento para criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Animais, apresentado pelo Deputado Rasca Rodrigues. Também comunicamos aos Srs. Deputados interessados em apresentar e em participar, indiquem os nomes à Mesa. (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Nada mais havendo a ser tratado...

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** “Pela ordem”, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** “Pela ordem”, Deputado Tadeu Veneri.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Só para deixar registrado, Sr. Presidente, que foi protocolada hoje uma moção de repúdio da Vereadora Rita Sueli Xavier Tabora, do Município de Inácio Martins, que vamos ler na segunda-feira. Só para fazer esta “questão de ordem” e deixar registrado que está protocolado, na segunda-feira será lido.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB):** Está registrado, Deputado Tadeu.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 9 de março, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2015; 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 91/2015 e do Projeto de Resolução nº 1/2015; e 1ª Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 11/2015 e dos Projetos de Lei nºs 28/2015 e 92/2015. “LEVANTA-SE A SESSÃO”. (Sessão encerrada às 17h18, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução nº 1 de 1º.3.2005, Regimento Interno.)

16072/2015

## Processo Legislativo

### Comissão Executiva

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 3/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, XXXII, do Regimento Interno

#### DECLARA

constituída a Comissão Especial, conforme Proposição do Deputado PEDRO LUPION, consoante disposto no art. 35 do Regimento Interno, apresentada na Sessão Plenária do dia 23 de fevereiro de 2015, com a finalidade de analisar e reformar as regras do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná acerca do processo legislativo utilizado nesta Casa. A Comissão Especial será composta pelos Deputados Pedro Lupion (DEM), como titular e Elio Rusch, como suplente; Cláudia Pereira (PSC), como titular e Wilmar Reichembach (PSC), como suplente; Missionário Ricardo Arruda (PSC), como titular e Evandro Araújo (PSC), como suplente; Tião Medeiros (PTB), como titular e Tercilio Turini (PPS), como suplente; Maria Victória (PP), como titular, e Felipe Francischini (SD), como suplente; Chico Brasileiro (PSD), como titular e Luiz Carlos Martins (PSD), como suplente; Tadeu Veneri (PT), como titular e Professor Lemos (PT), como suplente; Pastor Edson Praczyk (PRB), como titular e Rasca Rodrigues (PV), como suplente; Nereu Moura (PMDB), como titular, e Artagão Junior (PMDB), como suplente; Evandro Junior (PSDB), como titular, e Bernardo Ribas Carli (PSDB), como suplente; e Fernando Scanavaca (PDT), como titular, e Nelson Luersen (PDT), como suplente. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de cento e oitenta dias, com observância às disposições da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala da Presidência, em 9 de março de 2015.

**Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO**

Presidente

16074/2015

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 6/2015

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, XXXII, do Regimento Interno

#### DECLARA

constituída a Comissão Especial, conforme Proposição do Deputado ANIBELLI NETO, consoante disposto no art. 35 do Regimento Interno, apresentada na Sessão Plenária do dia 9 de fevereiro de 2015, com a finalidade de discutir, debater e, se necessário, sugerir mudanças com a finalidade de aperfeiçoar o projeto de reforma do sistema político brasileiro, que encontra-se em trâmite no Congresso Nacional. A Comissão Especial será composta pelos Deputados Guto Silva (PSC), como titular e Cláudio Palozzi (PSC), como suplente; Anibelli Neto (PMDB), como titular e Artagão Junior (PMDB), como suplente; Cantora Mara Lima (PSDB), como titular e Mauro Moraes (PSDB), como suplente; Tiago Amaral (PSB), como titular e Tercilio Turini (PPS), como suplente; Felipe Francischini (SD), como titular, e Maria Victória (PP), como suplente; Marcio Pacheco (PPL), como titular e Rasca Rodrigues (PV), como suplente; e Pedro Lupion (DEM), como titular e Elio Rusch (DEM), como suplente. Os trabalhos da Comissão deverão ser processados no prazo de cento e vinte dias, com observância às disposições da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Sala da Presidência, em 9 de março de 2015.

**Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO**

Presidente

16076/2015

## Comissões Permanentes

### BLOCO PARLAMENTAR AGROPECUÁRIO ATA DE INSTALAÇÃO

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na Sala de Reuniões anexa ao Plenário, reuniram-se os membros do **Bloco Parlamentar Agropecuário**, com o fim específico de proceder à instalação e indicação de seu respectivo líder. Conforme indicação das Lideranças, o referido bloco será formado pelos seguintes Deputados: Claudio Palozzi (PSC), Tião Medeiros (PTB), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Pedro Lupion (DEM), Marcio Nunes (PSC), Artagão Júnior (PMDB), Nereu Moura (PMDB), Tercilio Turini (PPS), Marcio Pacheco (PPL), Nelson Luersen (PDT), Elio Rusch (DEM) e Fernando Scanavaca (PDT). Presentes os componentes, foi declarada a instalação do **Bloco Parlamentar Agropecuário**. Consultados os membros, foi indicado e declarado como líder do bloco, o Deputado Claudio Palozzi (PSC). Nada mais havendo a tratar, o líder agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos determinando a lavratura desta Ata que, após lida e aprovada, segue assinada por ele, indicado nesta oportunidade, e pelos demais membros, para que produza os efeitos legais.

Deputado CLAUDIO PALOZI Líder	Deputado TIÃO MEDEIROS
Deputado RASCA RODRIGUES	Deputado PROFESSOR LEMONS
Deputado FERNANDO SCANAVACA	Deputado PEDRO LUPION
Deputado MARCIO NUNES	Deputado ARTAGÃO JÚNIOR
Deputado NEREU MOURA	Deputado TERCILIO TURINI
Deputado MARCIO PACHECO	Deputado NELSON LUERSEN
Deputado ELIO RUSCH	

16077/2015

## Editais e Contratos

### RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014

**VENCEDOR: WEBTRIP AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**  
**OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento de passagens para transporte aéreo nacional, internacional e terrestre para a Assembleia.  
**DESCONTO:** 13,5%  
Pregoeira: Josenilda Benedito  
Mais informações na Diretoria de Apoio Técnico.

16078/2015



# Há 68 anos a história do Paraná passa por aqui.

[www.imprensaoficial.pr.gov.br](http://www.imprensaoficial.pr.gov.br)

